EDITORIAL

Conta-se que Vespasiano, imperador romano do sec. I d.C., recusou a oferta de uma máquina para levantar colunas com pouca despesa e muita poupança de mão de obra, dizendo: «*Deixai-me dar de comer ao povo miúdo*». Muito recentemente, um grande empresário, desses que têm a capacidade de movimentar enormes quantidades de capital, investiu na cultura da oliveira, no Alentejo, com a plantação de um milhão de unidades. Quando entrevistado em um dos canais de televisão, perante a perspetiva de criação de muitos postos de trabalho visionada pelo entrevistador, afirmou orgulhosamente que o seu investimento não geraria muitos empregos porque os trabalhos da sua exploração agrícola seriam quase todos efetuados mecanicamente.

Duas atitudes diametralmente opostas com separação no tempo de cerca de 2000 anos relativamente a um problema que, em vez de esperanças de solução, vemos cada vez mais agravado. A máquina tirou espaço aos que vivem do seu trabalho e gerou a maior calamidade de todos os tempos – **o desemprego**. Vespasiano, responsável político, declinou a oferta da máquina porque colocou o social acima do económico; ao contrário, o empresário dos nossos dias colocou o económico acima do social.

Estes dois exemplos dizem bem qual o sentido da evolução histórica do conceito de economia. Essa evolução não foi linear, teve avanços e recuos, mas acabou por triunfar e, hoje, o ponto de vista económico prevalece soberanamente sobre o ponto de vista social.

A atitude de Vespasiano tinha um fundamento ético: «*que fazer dos braços tornados inúteis pela introdução de uma máquina? Só empreendedores sem coração sonhariam em engordar com a fome dos pobres*»[1] . Esta forma de pensar explica que os Romanos, apesar do seu pragmatismo, tenham feito invenções técnicas que não usaram ou usaram muito tempo depois. É o caso do moinho de água que, inventado no sec. I a. C., só foi adotado no sec. IV d.C.. Não terá sido apenas por amor dos pobres que os Romanos desprezaram os inventos técnicos, é certo; o trabalho barato dos escravos também ajudou a suportar essa atitude, mas o fundamento ético algum peso deve ter tido. Pelo menos, temos a certeza que estava na consciência de Vespasiano.

Hoje, os inventos técnicos são a base incontestável do progresso. É com eles que se vence ou se perde a guerra da competitividade. O fim da economia deixou de ser o Homem e passou a ser a produtividade, o preço e nem sempre a qualidade. O Homem é o fator de produção incómodo, com vontade própria para impor a si próprio ritmos de trabalho e para reivindicar salários, redução de horas de trabalho, alargamento do período de férias, melhoria de condições do local de trabalho. Ao contrário da máquina que é submissa e constante. Por isso, o Homem ficou de fora e o Estado teve de tomar conta dele.

1 - Roberto S. Lopez, Nascimento da Europa, Coleção Rumos do Mundo, Edição Cosmos, pag. 19.

(continuação na página 3)

Sumário

1 - Editorial
- Dr. António Amorim

4 - Implementação do Sistema de Gestão de Qualidade
- Dr.ª Odete Cunha

6 - Página de Internet da Misericórdia de Vila do Conde
- Dr.ª Lara Santos

7 - Unidade de Cuidados Continuados – uma nova realidade
- Eng. Rui Maia

11 - Projeto "Colorir Emoções"
- Dr.ª Conceição Antunes

12 - X Congresso Internacional das Misericórdias
- Dr. António Amorim

26 - Rally Paper
- Helder Pimenta

27 - Programa de Emergência Alimentar
- Dr.ª Cátia Pires Ferreira

29 - XII Recolha de Sangue na Santa Casa
- Dr.ª Lara Santos

29 - Misericórdia de Vila do Conde assinou protocolo com a Segurança Social no âmbito do PIEF
- Dr.ª Conceição Antunes

30 - Misericórdia de Vila do Conde com Avaliação de Excelência
- Dr. João Salgado

32 - Do Arquivo
" O Lado Nascente da Igreja" - Dr. Firmino Abel da Silva Couto
" Capelas, Vínculos e Legados" - Dr.ª Liliana Silva Aires

48 - Vila do Conde no Século XVII - Lançamento editorial no anfiteatro da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde – 20 de Outubro de 2012
- Doutor António do Carmo Reis

51 - Atividades dos Equipamentos Sociais
a - Atividades do Lar de Terceira Idade
b - Atividades do CARPD em Touguinha
c - Atividades da Casa da Criança
d - Atividades do Centro Social em Macieira
e - Atividades do Centro Rainha Dona Leonor

REVISTA SEMESTRAL
ANO XVIII - Nº 36
OUTUBRO/2012

Capa:
Escultor SOUSA PEREIRA

Propriedade:
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE

Diretor:
ANTÓNIO AUGUSTO GOMES AMORIM

Direção e Administração:
AV. DR. ARTUR DA CUNHA ARAÚJO, 12
4480-667 VILA DO CONDE

Execução gráfica:
NORPRINT
A Casa do Livro

Tiragem : 1000 exemplares

EDITORIAL

(continuação da página 1)

Como solucionar o problema? Destruir as máquinas como fizeram alguns trabalhadores do sec. XIX? Quem ousaria, hoje, defender tal solução? Não seria o próprio trabalhador a exigir que se poupassem dessa destruição as máquinas de lavar a louça e a roupa, os aspiradores e toda a outra maquinaria de serviços domésticos? Não seria também o próprio trabalhador a recusar a execução de trabalhos que, hoje, se fazem com uma simples pressão sobre um botão, desabituado que está de grandes esforços físicos?

Se assim é, não há alternativa que não seja a de solucionar o problema, partindo do princípio de que não são os inventos técnicos a causa dele. A causa é sim e sempre será o homem, aquele que está em condições de vantagem, quer dizer, que tem poderes para organizar o mundo de maneira a servir apenas e só os seus interesses. E a prova disso está na prática da deslocalização das empresas dos países onde os trabalhadores têm mais direitos sociais para os países onde os trabalhadores têm menos direitos sociais ou não têm mesmo nenhuns direitos sociais. Essa prática tem agravado o problema e é feita na base do princípio do liberalismo económico e da globalização que serve apenas o interesse do capital.

Não tem faltado, porém, quem denuncie publicamente o problema do desemprego e faça a análise correta das suas causas; o que tem faltado é quem proponha ideias eficazes de harmonização dos interesses do capital e do trabalho. Capital e trabalho não são fatores da economia necessariamente antagónicos; são partes complementares de um todo que, ao dividirem-se, acabam por se destruir, senão a curto, pelo menos a médio ou longo prazo. Esperemos que essas ideias apareçam antes que o problema se agrave para além dos limites do suportável. O problema não se resolve apenas com a ação solidária que as Misericórdias vêm desenvolvendo, é necessário vontade política para reordenar a sociedade. O verdadeiro Estado Social não é o que ajuda os carenciados, mas o que evita que haja carenciados.

António Amorim

Implementação do Sistema de Gestão de Qualidade

A Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde continua a apostar na contínua qualidade dos serviços. Atualmente está a desenvolver e implementar no Centro de Apoio e Reabilitação para Pessoas com Deficiência (CARPD), em Touguinha o Sistema de Gestão da Qualidade, por forma a obter a certificação deste Centro pelo referencial Equass Assurance.

Foram assim, no âmbito desta implementação, assumidos alguns valores fundamentais da Instituição, entre eles a Missão, a Visão e os Valores.

1 - Missão

A Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde é uma associação de fiéis, constituída na ordem jurídica canónica, que exerce a sua atividade no concelho de Vila do Conde e concelhos limítrofes, com o objetivo de praticar a solidariedade social, concretizada nas Obras de Misericórdia[1], segundo a exortação de Jesus: "Tudo o que fizerdes a um destes meus irmãos mais pequeninos, a mim o fazeis" (Mt 25,40).

Na verdade, a crise económica e social global gera profundas desigualdades que originam novos problemas, aos quais é necessário dar novas respostas. Urge, por isso, que braços vigorosos e solidários abracem, sem calculismos, os que realmente se encontram numa situação precária e respondam generosamente aos seus anseios de "pão", de "afeto", de "amor", de "reconhecimento", como fizeram as Misericórdias Portuguesas ao longo da sua tão longa e prestigiosa história e continuam a fazê-lo hoje com o mesmo sentido e o mesmo vigor.

Impregnados deste espírito, os fins da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde são: o apoio à Família, proteção à Infância, Deficiência e Terceira Idade, através da criação e manutenção de Lares, Centros de Dia, Creches, Jardins de Infância, Centros de Atividades Ocupacionais, Atividades de Tempos Livres, Serviço de Apoio Domiciliário e Cantina Social; assim como a promoção e proteção da saúde, com a humanização dos seus serviços[2].

2 - Visão

A Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde, atenta aos sinais dos tempos, está presente onde perscruta as urgências mais profundas do Homem de hoje, colocando-se ao lado dos que mais precisam, dispensando-lhes um serviço de qualidade, cimentado nas Obras de Misericórdia, na dedicação plena e no zelo profissional.

Neste sentido, a Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde pretende ser uma instituição de excelência em Portugal no núcleo das IPSS, integrada numa rede de parceiros sociais, baseando a sua intervenção na melhoria contínua das suas práticas, gerando sustentabilidade no incremento da certificação, qualidade, proximidade e humanização dos seus serviços e no aumento das respostas sociais emergentes, numa perspetiva biopsicossocial e espiritual das pessoas que nos procuram.

3 - Valores

A Santa Casa de Misericórdia de Vila do Conde, inspirando-se nas 14 Obras de Misericórdia pauta a sua atuação pelos seguintes valores:

• Solidariedade e Valores Cristãos: é fomentado um "ser", um "fazer" e um "estar" solidário, que acolhe e ama de forma incondicional, à maneira de Jesus, os que recorrem aos nossos serviços, respondendo às suas necessidades com a dádiva de si próprio;

• Igualdade e Justiça: respeito absoluto por uma conduta justa e pela promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento a todas as pessoas que procuram os nossos serviços.

• Confiança e Honestidade: é promovida a confiança nas práticas da Instituição, cimentada na transparência e seriedade dos serviços prestados;

• Responsabilidade Social: é preocupação constante da Instituição dar resposta às diferentes problemáticas sociais da comunidade, promovendo a efetiva inclusão social dos utentes;

• Profissionalismo e Rigor: os projetos assumidos perante a comunidade e as entidades competentes, são abraçados com profissionalismo, zelo, integridade, confidencialidade e rigor;

• Humanização: é potenciada a humanização do atendimento e das relações com equidade, aproximando as pessoas através da consolidação dos afetos;

• Individualidade e Dignidade: é respeitada a especificidade de cada pessoa que procura os nossos serviços, com uma atenção especial às suas potencialidades, conferindo-lhe a dignidade como um bem absoluto;

• Melhoria contínua: é fomentado um trabalho em equipa que assegure a melhoria da qualidade de vida das pessoas que nos procuram, através de um serviço atento, dinâmico e em contínua avaliação;

• Preservação ambiental: numa era de globalização, são promovidas as boas práticas na Instituição que garantam a preservação ambiental do planeta.

Para este Equipamento Social foi também elaborada e aprovada com os utentes, colaboradores e familiares, a Carta dos Direitos e Deveres dos Clientes.

A Carta dos Direitos dos Clientes aprovada está assente em 7 direitos:

•Direito à Vida;
•Direito à Dignidade da Pessoa Humana;
•Direito à sua Individualidade;
•Direito à Igualdade de Oportunidades;
•Direito à Confidencialidade e Privacidade;
•Direito à Liberdade de Consciência, Religião e Culto;
•Direito à Informação e Liberdade de Expressão.

Foi nomeada uma Comissão de Utentes, uma Comissão de Familiares e uma Comissão de Colaboradores e foram instituídas 6 políticas fundamentais, que estão disponíveis para consulta no CARPD: Política de Confidencialidade, Política da Qualidade, Política de Ética, Política de Prevenção do Abuso Físico, Mental e Financeiro dos Clientes, Política de Recursos Humanos, Retenção e Reconhecimento dos Colaboradores e Política de Participação e Envolvimento de Clientes e Partes Interessadas.

Foram auscultadas todas as partes interessadas e implementado um sistema que considerámos eficaz, na gestão de reclamações e sugestões.

Foram implementados todos os processos considerados chave para a garantia na satisfação da qualidade do serviço e altamente impactantes nas expectativas do cliente.

Consideramos assim reunido todo o alicerce formal, resultante de um trabalho desenvolvido ao longo deste processo de qualificação de dois anos.

Odete Cunha

[1] Cfr. Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde, 1984, Art. 1º.

[2] Cfr. Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde, 1984, Art. 4º.

Página de Internet da Misericórdia de Vila do Conde

Layout da Página de Internet

A Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde dispõe de uma página institucional na internet em **www.scmvc.pt** .

Nessa página é possível ficar a conhecer os aspetos mais relevantes da história da Instituição e quais os valores que norteiam a sua atividade diária.

Pode também consultar os serviços sociais e de saúde de que dispõe, todos os seus contactos e ainda os seus horários de funcionamento.

No caso da área da Saúde permite tomar conhecimento das diversas especialidades médicas em funcionamento, com indicação se existe ou não protocolo de comparticipação com o Sistema Nacional de Saúde ou qualquer outro subsistema ou entidade reguladora.

De relevar também as informações relativas aos salões de chá "Sonho Doce" 1 e 2, onde pode disfrutar da doçaria conventual vila-condense.

Para os interessados, a página dispõe também dos conteúdos da Revista "Santa Casa" e da mesma em suporte digital para consulta, assim como, do Jornal "Tinta Fresca".

Para se manter atualizado pode também aceder a "notícias" que forem sendo publicadas.

Para todo e qualquer assunto adicional contacte-nos através dos meios indicados na referida página de internet.

Lara Santos

Unidade de Cuidados Continuados
– uma nova realidade

Fachada da Unidade de Cuidados Continuados Integrados

A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) foi criada em 2006, pelo Decreto Lei nº 101, com o objetivo de prestar cuidados de saúde e apoio social de forma continuada e integrada a pessoas que se encontrem em situação de dependência.

Os cuidados continuados integrados estão centrados na recuperação global da pessoa, promovendo a sua autonomia e melhorando a sua funcionalidade.

Com o envelhecimento da população e o aumento da esperança média de vida, surgiram novas necessidades de cuidados de saúde e sociais.

A medicina, apesar do seu enorme progresso, não conseguiu evitar o aumento de doenças crónicas incapacitantes, bem como a dependência funcional de muitos idosos.

Existem cada vez mais famílias que não conseguem conciliar a sua vida profissional com esta nova realidade dentro do seu lar e não possuem, quase sempre, condições mínimas na sua habitação para poder prestar assistência a pessoas com mobilidade reduzida.

A RNCCI veio colmatar esta lacuna grave nestes novos tempos e dar uma resposta prestando, simultaneamente, cuidados de saúde e providenciando apoio social.

Existem quatro tipos de internamento, embora a maioria das Unidades de Cuidados Continuados só possuam uma ou duas tipologias.

O Internamento numa Unidade de Convalescença destina-se à estabilização clínica e funcional, avaliação e reabilitação integral da pessoa com perda transitória de autonomia potencialmente recuperável e que não necessite de cuidados hospitalares. Estes internamentos têm uma previsibilidade de até 30 dias.

O Internamento numa Unidade de Média Duração e Reabilitação destina-se igualmente à estabilização clínica e funcional tendo como meta a recuperação e reabilitação total da pessoa, mas para um período de internamento previsível entre 30 e 90 dias consecutivos.

O Internamento numa Unidade de Longa Duração e Manutenção, podendo ter caráter temporário ou permanente, presta apoio social e cuidados de saúde e manutenção a pessoas com doenças ou processos crónicos, com diferentes níveis de dependên-

cia e que não reúnam condições para serem cuidados no domicílio. A previsibilidade do período de internamento é superior a 90 dias. O Internamento numa Unidade de Cuidados Paliativos destina-se a doentes em situação clínica complexa e de sofrimento, decorrente de doença severa e/ou avançada, incurável e progressiva. Podem diferenciar-se de acordo com as patologias dos doentes.

Os destinatários destas unidades são pessoas que evidenciam dependência funcional transitória decorrente de processo de convalescença ou outro, dependência funcional prolongada, idosos com critérios de fragilidade, incapacidade grave ou doença severa em fase avançada ou terminal.

OS PRIMEIROS CUIDADOS CONTINUADOS EM VILA DO CONDE

A Santa Casa da Misericórdia aderiu, logo após a sua constituição, à Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, pela sua importância no apoio às famílias e aos doentes.

Para tornar rápida a prestação deste serviço, a Misericórdia fez ligeiras adaptações em parte do edifício que tinha sido pensado para um Centro de Jovens e Idosos e que se encontra junto à Unidade de Saúde.

Abriu a Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI) em 2006, com capacidade para 25 utentes em Internamento de Média Duração e 15 utentes em Internamento de Longa Duração.

Desde a sua abertura, já prestou apoio a mais de 600 doentes em Média Duração e a mais de 200 em Longa Duração. Em ambas as valências, a taxa de ocupação média situa-se sempre entre os 95% e 100%.

Esta situação é reveladora da falta de capacidade de resposta da RNCCI para socorrer todas as pessoas que necessitam deste tipo de internamento.

No âmbito de avaliações periódicas efetuadas à UCCI, a Misericórdia de Vila do Conde tem recebido nota máxima.

As taxas de cobertura da RNCCI são muito baixas e insuficientes para cobrir todas as necessidades.

Na região do Grande Porto, onde se insere a UCCI da Misericórdia de Vila do Conde, em 2009, a taxa de cobertura da Unidade de Convalescença era de 24%, a taxa relativa ao Internamento de Média Duração situava-se nos 42% e a de Longa Duração seria de 19 pontos percentuais.

	Internamento/ Número de Camas		
	Convalescença	Média Duração	Longa Duração
Meta	303	346	865
Existente	73	147	167
Taxa Cobertura	24%	42%	19%

A NOVA UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS

A Misericórdia de Vila do Conde, face a estes números reveladores de uma taxa de cobertura tão baixa e à crescente procura destes serviços, apresentou uma candidatura para criar um edifício de raiz para 22 camas de Internamento em Convalescença e 35 camas de Internamento em Longa Duração, dado serem estas as valências mais deficitárias.

Apresentado o projeto às entidades competentes, de caráter supra concelhio, valorizando as novas tecnologias, eficiência energética e utilização sustentável de recursos naturais, este mereceu parecer favorável de todas as instâncias, nomeadamente da ARS e da RNCCI.

O projeto é da autoria do Arquiteto Carlos Barbosa, que já havia sido responsável

pelos projetos do Lar de Terceira Idade, Casa da Criança e Centro de Grandes Dependentes.

Será uma UCCI completamente nova, pensada no bem-estar dos doentes, nas melhores condições para a sua recuperação (qualidade humana e técnica) e na otimização dos recursos humanos, físicos e financeiros da instituição.

Localizar-se-á junto ao Lar da Terceira Idade, entre o Hospital de Vila do Conde e o Centro de Saúde.

O edifício desenvolve-se em quatro pisos, a que acresce um de caráter exclusivamente técnico.

A cave destina-se a parque de estacionamento para 53 viaturas, com entrada pela Av. Dr. Artur da Cunha Araújo e saída para a Rua Dr. António Sousa Pereira.

No piso "0", teremos as áreas de receção, de apoio aos funcionários e a lavandaria. O piso "1", destinado ao Internamento em Convalescença, terá capacidade para 22 camas instaladas em 13 suites (nove delas com duas camas e quatro com camas individuais). Possui ainda área de refeições, convívio e atividades, área médica e de enfermagem com os respetivos gabinetes.

Na zona de Medicina Física e de Reabilitação haverá um ginásio onde se incluem as atividades da vida diária, diversos gabinetes técnicos e de fisioterapia.

Como apoio a todo este funcionamento, o espaço disponibilizará uma área logística e de higiene pessoal (onde se incluem os banhos assistidos).

O piso "2", destinado ao Internamento em Longa Duração, revelará capacidade para 35 camas distribuídas por 20 suites (quinze duplas e cinco individuais).

Repetem-se as áreas de refeições, convívio e atividades, bem como todas as outras existentes no piso "1". Deste modo, cada Unidade de Internamento poderá funcionar de forma autónoma.

Tratando-se de um edifício com caraterísticas hospitalares, estará totalmente adaptado à utilização por pessoas com mobilidade reduzida possuindo três elevadores (um monta camas, um monta macas e outro para pessoas e com dimensão para uso de cadeiras de rodas), amplas zonas de circulação e estar, instalações sanitárias adaptadas. Todas estas adaptações foram pensadas no intuito de ajudar os seus utilizadores na recuperação de autonomias.

As questões relacionadas com a segurança estão asseguradas. Encontram-se definidos dois caminhos de fuga possíveis, em caso de incêndio. O edifício terá uma rede de deteção automática de incêndio e estará dotado dos primeiros meios de combate a incêndio. Existem várias zonas corta-fogo, capazes de resistirem à propagação do incêndio pelo menos durante 60 minutos.

O edifício terá uma área aproximada de 6800 m2 de construção, o equivalente a um prédio com 45 apartamentos do tipo T2.

O custo total da obra, com equipamento incluído, situa-se na ordem dos 5.000.000,00€ (cinco milhões de euros).

A Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde candidatou-se a um programa de apoio financeiro lançado pelo Programa Operacional do Norte – ON.2, tendo sido contemplada com uma verba de 2.451.000,00€, a fundo perdido. O restante valor será suportado, integralmente, pela Instituição.

O prazo para a execução da obra é de 12 meses devendo estar concluída em Junho de 2013 e devidamente equipada e pronta a receber os primeiros doentes em Setembro de 2013.

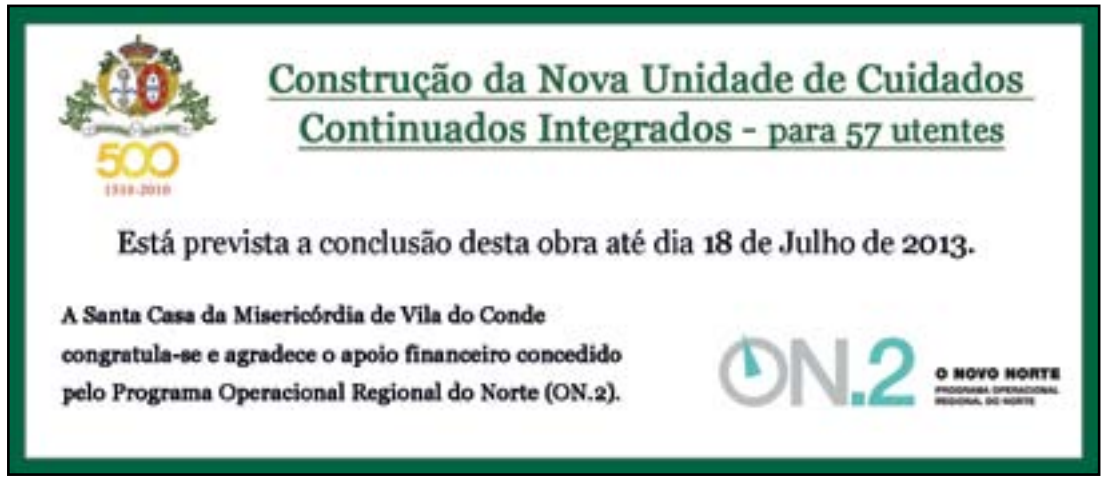
A empreitada geral está a cargo da empresa vila-condense, António da Silva Campos, SA, vencedora de um concurso que contou com a participação de um total de 28 concorrentes.

Com a entrada em funcionamento da nova UCCI, a Misericórdia de Vila do

Conde dará resposta, nas suas duas unidades, a 92 doentes e emprego direto a mais de 100 colaboradores entre médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, terapeuta da fala, terapeuta ocupacional, auxiliares de ação médica, psicólogo, assistente social, nutricionista, rececionista e empregados auxiliares.

Rui Maia

Registos fotográficos da evolução da obra



Projeto "Colorir Emoções" a favor da Casa da Criança

Ao longo dos tempos, tem-se dado muita importância às crianças, aos seus direitos e ao seu bem estar mas, infelizmente, existem crianças que são maltratadas, agredidas nos seus direitos, transformando-se as suas vidas em oportunidades desfeitas e colocando em risco o seu bem estar psicológico e social.

A Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde, através da Casa da Criança, acolhe algumas dessas crianças, procurando dar-lhes um sinal de esperança para um futuro melhor.

A pensar nas "nossas crianças" e na expressão " O SORRISO DE UMA CRIANÇA…" foi lançado um desafio a um grupo de colaboradores dos Serviços Centrais, desta Santa Casa: voluntariamente, transformar/decorar o espaço físico do Centro de Acolhimento Temporário 6-12 anos da Casa da Criança, sem qualquer encargo para a Instituição, com vista a contribuir para o bem estar e conforto das crianças que acolhe.

Foi espantoso o entusiasmo com que estes profissionais abraçaram esta causa.

O primeiro passo foi constituir as equipas de trabalho e atribuir a cada grupo os seus quartos, ficando as áreas comuns da responsabilidade de todos.

Rapidamente o entusiasmo passou para além dos Serviços Centrais e são muitos os colaboradores, dos vários Equipamentos/Serviços desta Santa Casa que fazem parte deste grupo de trabalho.

A segunda fase está em curso: cada grupo irá interagir com as crianças por forma a elaborar a sua proposta de trabalho que será submetida à aprovação superior.

A terceira fase diz respeito à implementação do projeto prevista para o início do mês de Dezembro.

Não temos dúvidas que estes "colaboradores voluntários" estão determinados a concretizar este projeto com sucesso, mas para isso vão precisar da ajuda de todos para conseguirem angariar as verbas necessárias.

" AS CRIANÇAS SÃO O MELHOR DO MUNDO" - vale a pena qualquer esforço.

Conceição Antunes

Testemunhos das lideres dos grupos de trabalho:

"Queremos, na elaboração deste projeto, fazer do quarto destas crianças, o local em que mais gostam de estar, onde se sentem bem e com o qual se identifiquem! Será um grande desafio atingir o objetivo principal, o sorriso destas crianças!"

Lara

"Este projeto visa essencialmente proporcionar algo mais do que tudo aquilo que a Instituição já providencia a estes meninos e que já é muito significativo. Procuramos criar-lhes um ambiente mais acolhedor e um sentimento de pertença a um espaço, à semelhança do quarto dos nossos filhos ou sobrinhos. A realidade social e familiar destes meninos é adversa e é um gosto enorme fazer parte de uma iniciativa que lhes permita sonhar, talvez com mais cor e fantasia, daí o nome que foi atribuído ao projeto."

Teresa

"Sinto-me muito privilegiada pelo desafio que me foi colocado e acima de tudo honrada pela confiança demonstrada no desenvolvimento de um projeto que visa largamente a melhoria da qualidade de vida nas nossas crianças. Desde o primeiro dia da conceção do projeto e garantidamente até ao último dia de execução não faltará dedicação, emprenho e motivação para possibilitar às nossas crianças um lar mais acolhedor, alegre e feliz. Para que o nosso objetivo seja alcançado, iremos contar com a colaboração de todos os que possam contribuir para este fim. Sei que daremos o nosso melhor, e podemos afirmar, desde já, que este projeto foi claramente um dos mais aliciantes e motivadores que alguma vez já participamos."

Cândida

X Congresso Internacional das Misericórdias

Unidas para Multiplicar - Promotoras de Modernidade e Inovação

Nos passados dias 20, 21 e 22 de Setembro deste ano reuniram-se em congresso, nas cidades do Porto e de Vila Nova de Gaia, as misericórdias de todo o mundo para discutirem o tema ***«Unidas para multiplicar – Promotoras de modernidade e Inovação»***. Cerca de meio milhar de pessoas, provenientes de vários países, estiveram presentes neste congresso que é o X em que a iniciativa pertence às misericórdias de todo o mundo.

Este congresso realizou-se num cenário de crise social e económica que afeta não apenas Portugal, mas todo o mundo ocidental. E esta conjuntura depressiva coloca as misericórdias no centro das atenções por dois motivos, sendo um deles a causa do outro: é às misericórdias que recorrem todos aqueles que se encontram em dificuldades, mas é o esforço dispendido por estas instituições que as arrasta para uma situação de dificuldades financeiras que ameaça a sua sustentabilidade. Se as crianças sem apoio familiar estável, os idosos, os deficientes e os doentes carenciados de assistência especial para a qual as famílias não têm meios constituem encargos que as misericórdias desde há muito vêm suportando, hoje, os desempregados de longa duração recorrem também a elas para sobreviverem. E às misericórdias vão faltando meios materiais para satisfazerem todas estas necessidades. Há misericórdias que se encontram no limite das suas capacidades e há outras que estão mesmo já «no vermelho», afirmou o Presidente da União das Misericórdias Portuguesas, Dr. Manuel de Lemos, porque «a crise está a ser muito longa e muito grande».

À **Comissão Organizadora** do Congresso pertenceram os senhores:
Manuel de Lemos, Presidente do Congresso;
José Reinaldo Júnior, Presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas;
António Tavares, Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto;
Joaquim Vaz, Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia.

E ao **Secretariado Executivo** os senhores:
Bernardo Reis, Presidente do Secretariado Executivo;
Maria de Lourdes Silva, da Confederação Internacional das Misericórdias;
Luís Pedro Martins, da Santa Casa da Misericórdia do Porto;
Luís Marques Gomes, da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia;
Natália Gaspar, da Turicórdia;
Sílvio Almeida, da União das Misericórdias Portuguesas (UMP).

Sessão de Abertura do Congresso

A abertura do Congresso foi precedida de uma Celebração Eucarística, presidida por D. Manuel Clemente, Bispo do Porto, que teve lugar na Sé Catedral desta cidade, no dia 20, pelas 15H30, e foi solenizada pelo Grupo Coral da Misericórdia de Vila Verde.

A Sessão Solene de Abertura realizou-se, pelas 17H30 na Galeria dos Benfeitores da Santa Casa da Misericórdia do Porto, sendo presidida pelo ministro da Solidariedade e da Segurança Social, Dr. Pedro da Mota Soares.

Grupo Coral da S.C. da Misericórdia de Vila Verde

Nesta sessão, o Dr. Manuel de Lemos, Presidente da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), enviou o seguinte recado ao Governo: «*É imperioso que o Estado, em todos os sectores, cumpra os compromissos assumidos. A única forma de assegurar não só essa necessária e urgente diminuição da despesa do Estado, mas também que se possa reclamar junto dos cidadãos a manutenção de um Estado Social que, sem as misericórdias, seguramente não existirá em Portugal». E acrescentou: «Todos compreenderão, por certo, que eu aproveite esta oportunidade para referir ao Senhor Ministro que as misericórdias de Portugal têm estado bem presentes no seio desta crise, a fazer mais com menos e a suprir, muitas vezes para além das suas possibilidades, as dificuldades do Estado, pondo assim completamente a descoberto que não é o Estado que apoia o setor social, mas o Estado que se apoia no setor social*».

Também o Dr. António Tavares, provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto, usou da palavra para deixar a sua mensagem da qual destacamos a seguinte passagem:

«*Este Congresso realiza-se num quadro económico e social muito especial da nossa existência coletiva num tempo de contradições e de desafios mas é, também, um tempo com oportunidades e de esperança … Sabemos viver em austeridade permanente, com um espírito de frugalidade ao serviço dos pobres, mas também, nos tempos de expansão económica, sabemos prepararmo-nos para os sempre prometidos tempos de privação. Daí que não aceitamos que a austeridade possa ser um desígnio nacional, vazio e oco, onde as pessoas estão*

(Da Esquerda para a direita) Dr. Manuel de Lemos, Dom Jorge Ortiga, Dr. Pedro Mota Soares e Dr. António Tavares

perdidas no labirinto da esperança na procura de um destino para as suas vidas … Mas nós que temos uma paciência infinita na defesa dos mais pobres, dos mais carenciados da nossa sociedade, vemos chegar agora também a pobreza envergonhada, a proletarização da classe média e não podemos nem queremos ficar indiferentes a todo este movimento cíclico, onde parece que os mais ricos ficam mais ricos e os outros simplesmente estão condenados a desaparecer do mapa, numa forma de feudalismo financeiro que os deixa de fora do castelo da esperança.

Por isso, o primeiro desafio que deixo ao Congresso é que se torna urgente repensar e saber qual é o papel do Estado Social e o papel das instituições de solidariedade social, como as misericórdias, no combate à pobreza, à solidão, à marginalidade e à exclusão social.

As desigualdades na distribuição dos rendimentos são um sinal de graves desigualdades de oportunidades e, por isso mesmo, os programas de ajustamento não podem ser só programas de números e de austeridade. Devem também ser programas amigos das pessoas porque sem elas não existe mundo».

Também o Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, Dr. Pedro da Mota Soares, usou da palavra nesta Sessão Solene de Abertura e as suas palavras foram de esperança para as misericórdias:

«Sabemos das dificuldades que hoje as instituições sociais atravessam e sabemos como é importante trabalhar para lhes dar sustentabilidade … É importante que tenhamos a noção de que o Estado, por si só, não conseguirá chegar a todas as situações, mas, se o Estado tiver a capacidade de estabelecer parcerias, se o Estado tiver a humildade de pedir ajuda a quem nasceu para ajudar os próximos, então a resposta social pode ser inovadora, a resposta social pode mesmo marcar um novo paradigma e uma nova mudança».

Oração de Sapiência

Aberto o Congresso, a Dr.ª Maria de Belém Roseira, Presidente da Assembleia Geral da União das Misericórdias Portuguesas, proferiu a «Oração de Sapiência» que consistiu em «*algumas reflexões sobre o Mundo atual, sobre as circunstâncias económicas e sociais do momento presente e sobre a importância de, porventura, dar um novo sentido ao papel das Misericórdias no Mundo e em Portugal, sem perda da sua identidade*».

Pela atualidade e importância deste tema e pela clareza com que foi abordado, transcrevemo-lo na íntegra.

«É uma enorme honra proferir a Conferência Inaugural deste magnífico Congresso Internacional.

Magnífico pela quantidade de participantes – o maior de sempre das Misericórdias em Portugal;

Magnífico pelo número de países presentes, representando 4 continentes;

Magnífico pela oportunidade da circunstância que todos vivemos atualmente e que deve ser objeto de cuidada e ponderada reflexão;

Magnífico pela adequação dos temas escolhidos para os trabalhos ao momento coletivo que vivemos.

Cabe-me, pois, saudar cada um e cada uma das participantes e desejar um proveitoso trabalho. Para vós, evidentemente, mas sobretudo para aqueles que beneficiam da vossa ação, verdadeira razão de ser para a vossa existência.

Permitam-me, pois, que teça, agora, algumas reflexões sobre o Mundo atual, sobre as circunstâncias económicas e sociais do momento presente e sobre a importância de, porventura, dar um novo sentido ao papel das Misericórdias no Mundo e em Portugal, sem perda da sua identidade.

Todos conhecemos e sentimos as enormes turbulências dos dias de hoje de que sublinho as seguintes:

Dr.ª Maria de Belém Roseira

- mudanças acentuadas e rápidas no modo como a economia funciona e na própria natureza da economia;
- alteração, no sentido da precarização do trabalho;
- substituição da cooperação e da solidariedade pela competição desenfreada;
- agravamento profundo da justa repartição da riqueza produzida;
- contaminação das relações pessoais, familiares e sociais pelos mecanismos do consumo, transformando-as em disposable;
- descoincidência entre o poder de decisão na economia e o poder de decisão na política;
- gestão predadora, especulativa e impiedosa da detenção dos bens básicos essenciais à sobrevivência das pessoas, sejam os recursos alimentares, sejam os energéticos;
- gravíssimas perturbações ambientais decorrente dos comportamentos predadores à escala planetária.

Estas turbulências têm, evidentemente, consequências graves sobre as condições de vida das pessoas em aspetos estruturantes:
- a economia deixou de ser empreendedora e criadora de emprego para ser cada vez mais especulativa e, portanto, estéril na criação de oportunidades de trabalho;
- consequentemente, na relação laboral acentuou-se a assimetria de poder desfavorável ao trabalhador, com crescimento exponencial do desemprego e o decréscimo generalizado e acentuado dos níveis salariais, bem como das condições de trabalho, favorecendo a ocorrência de novas formas de escravatura.

A conjugação destes fatores, a par de outros estruturantes da vida em sociedade, subverte a natureza da relação entre as pessoas e a economia, passando as primeiras a ser instrumento da segunda, em vez da sua finalidade, contrariando os conceitos do destino universal de todos os bens, de que o fim da economia não está na economia em si mas no seu destino humano e social e de que o Homem é o autor, o centro e o fim de toda a vida económico-social. Por sua vez, a contaminação das relações pessoais pela sua associação aos mecanismos próprios do consumo de bens materiais, introduziu fatores e ruturas sociais que enfraquece as pessoas e as suas redes naturais de suporte.

Estudos académicos alargados conduzidos nos EUA, designadamente por Bruno Frei, e na Europa por Daniel Cohen concluem que «perder o trabalho ou temer perdê-lo gera pressão e ansiedade, baixa auto-estima e, em geral, uma enorme infelicidade, comparável, segundo os peritos, a uma separação matrimonial». Para muitos, perder o trabalho é perder a identidade.

Perante isto, a globalização e a concentração das relações económicas retirou aos Estados a possibilidade de intervir através da ação política, aquilo a que Pierre Rosanvallon chamou a «contrademocracia».

Um recente relatório de uma instituição suíça, discutido no Conselho da Europa, referia que 147 empresas apenas dominam 40% do poder financeiro mundial.

As agregações supra-nacionais de Estados têm visado lutar contra estes poderes, cujas cabeças são desconhecidas, não escruti-

nados e que fazem e desfazem a seu bel-prazer empresas, Estados, comunidades inteiras. Mas a complexidade do processo de decisão democrática e as profundas alterações – muitas delas insidiosas – sobre a importância do controlo da economia pela política – consagrado em todos os textos fundamentais dos países democráticos – têm tornado cada vez mais frágil a capacidade do poder político de impor regras supra-nacionais ou à escala planetária para lutar contra as perversidades.

Para falar daquilo que conhecemos melhor, porque vivemos no seu seio, o processo de construção da União Europeia desenvolve-se com base em três conceitos fundamentais: o inicial, o da reconciliação para evitar que o deflagrar de conflitos mundiais ocorresse novamente no seu espaço geográfico; o dos direitos fundamentais, das liberdades e das democracias e, um último, o do seu modelo social.

Uma combinação desta natureza, pelos seus potenciais efeitos de sucesso, no sentido da construção de sociedades mais equilibradas e de poderes mais repartidos não interessa a uma economia financeirizada que aposta no lucro a qualquer preço, na remuneração do capital como único e principal objetivo da gestão e na assimetria da distribuição do lucro para que os poucos muito mais fortes possam dominar com facilidade os muitos, muito mais fracos.

E a Europa não soube ou não tem sabido lidar com os ataques especulativos às dívidas soberanas dos Estados que a integram que visam sobretudo atingi-la no seu coração, na sua identidade e na sua capacidade de exportar o modelo protetor e promotor das OM para o resto do Mundo.

Como diz Jacques Delors, da época dos arquitetos que a desenhavam, passamos à época dos bombeiros. E a Europa precisa mesmo é de arquitetos!

Os resultados de todas estas tensões e destes [choques] em termos sociais – e, evidentemente não vou referir-me aqui às receitas que têm sido desenhadas – são claros:
De acordo com os dados deste ano de 2012 do Eurostat:
- O risco de pobreza ou exclusão social atingiu 115 milhões de europeus em 2010;
- um quarto da população da União Europeia encontra-se em risco de exclusão social;
- 1,2 milhões trabalham mas enfrentam a pobreza;
- os países do sul são os mais pobres e a tendência é para piorar.

À mesma data, em 2010, mais de 2 milhões de portugueses viviam em risco de pobreza e mais de 2,5 milhões estavam em risco de exclusão. Para além disso, Portugal tinha 0,5 milhões de trabalhadores pobres.

Ora, entre nós, a situação de má, ficou pior. O desemprego subiu exponencial e rapidamente, em pouco mais de um ano, 5 pontos percentuais e cerca de meio milhão de desempregados não recebe proteção social há nove meses. Ao mesmo tempo foram cortados apoios sociais mais alargadamente. Encontramo-nos mesmo no coração da tragédia social nacional.

O distrito do Porto é o mais atingido no desemprego.

A Caritas confronta-se com cerca de 395 novos pedidos de apoio por dia. As Misericórdias, como bem sabeis, são cada vez mais solicitadas para acudir a situações arrepiantes e o panorama – a avaliar pelo número de falências e de novos desempregados por dia – apresenta uma dimensão avassaladora e aterradora.

Neste contexto, a desigualdade na distribuição de rendimentos aumentou, mesmo entre trabalhadores.

Neste específico padrão de avaliação, nos países da OCDE, os ganhos dos 10% mais ricos aumentou rapidamente face aos 10% mais pobres. Os ganhos mais elevados foram para os 1% do topo e, em alguns países, até mesmo para um grupo mais pequeno: 0,1%. Os últimos dados relativos aos Estados Unidos mostram que os rendimentos, depois de impostos, para os 1% do topo mais do que dobrou, de cerca de 8% em 1979 para 17% em 2007. Durante o mesmo período, a percentagem dos 20% de população no topo caiu de 7% para 5%. No seu último livro, recentemente publicado sob o título «O preço da desigualdade», Joseph Stislitz, prémio Nobel da economia, afirma: «As polémicas macroeconómicas e monetárias que fazem subir o desemprego – e baixar os salários dos simples cidadãos – constituem hoje uma fonte maior de desigualdade na nossa sociedade. Desde há um quarto de século as políticas e as instituições macroeconómicas e monetárias não trouxeram a estabilidade; não trouxeram um crescimento durável; e, sobretudo, não trouxeram um crescimento que beneficie a grande maioria dos cidadãos…». Na realidade, os modelos macroeconómicos dedicam pouca atenção à desigualdade e às consequências das políticas sobre a repartição. Os advogados destas políticas defendem que elas são as melhores para todos mas isso não é verdade.

Ora a desigualdade corrói os valores fundamentais da comunidade e a sua identidade, corroendo consequentemente os fundamentos da própria democracia.

E, sem democracia, não há promoção nem defesa dos direitos humanos.

Num colóquio promovido pelo Conselho Pontifício para a Justiça e a Paz no Vaticano sobre os aspetos sociais e éticos da Economia, o Prof. Antony B. Atkinson afirmou: «o objetivo de melhorar a eficiência económica surge como tendo prioridade sobre a justiça distributiva… um fosso crescente entre ricos e pobres pode pôr em causa o grau de coesão social entre regiões ou entre grupos e constituir uma ameaça à estabilidade política». E Amartya Sen, outro Nobel da Economia, afirma: «As questões económicas não são apenas as relativas à eficiência e à eficácia, mas também as relativas à moralidade e à justiça…O surpreendente não é que a [reflexão] ética e a teoria económica voltem a caminhar juntas, mas que tenham permanecido divorciadas e incomunicáveis entre si por tanto tempo».

Uma cultura-mundo como a descrita e que é a dominante é verdadeiramente neo-darwinista porque os mais fracos são eliminados e submetidos ao desprezo dos vencedores, como denuncia Daniel Cohen, interpela-nos a refletir sobre se este é o bom caminho para as sociedades.

Neste espaço em que nos encontramos, o mundo das Misericórdias, essa questão tem uma resposta:

A missão fundacional dá-nos claramente esta resposta através da explicitação das obras de Misericórdia, materiais e espirituais. Todas e todos aqueles que aqui se encontram conhecem essa dimensão e devem praticá-la gostosamente. Sim, gostosamente.

O economista Bruno Frey, que há pouco referi, citado por Daniel Cohen propõe uma distinção entre os bens extrínsecos e os bens intrínsecos. Os primeiros reportam ao estatuto, à riqueza, ao status, como habitualmente dizemos e são os sinais exteriores de sucesso social, os patrimónios sociais que se acumulam ao longo do tempo e que marcam o lugar de cada um na sociedade. Os bens intrínsecos, por sua vez, estão ligados à afeição pelos outros, ao amor, ao sentimento de ter um sentido para a vida. Os bens extrínsecos aguçam a rivalidade social, os intrínsecos aumentam o bem-estar silenciosamente.

Se cumpris bem aquilo a que vos devotastes, sentis-vos, pois, bem convosco próprios e silenciosamente porque o bem não se apregoa, pratica-se. Mas a dimensão dos problemas que hoje nos assolam, cuja origem procurei de forma simplista, é certo, descrever exigem, em meu entender, às misericórdias do século XXI uma atuação mais assertiva, para além da simples prática das obras que justificaram a sua fundação, embora no seu enunciado genérico possa estar compreendida essa dimensão. Refiro-me à «evangelização» e justifico o porquê do meu desafio.

Tenho para mim que chegamos a esta

situação alarmante no Mundo porque, entretidos com o cantar de sereia do consumo dos bens materiais, mesmo dos duradouros – como identificou Hannah Arendt – fomos abdicando progressivamente da nossa capacidade de pensar - «o diálogo silencioso entre o eu e o si» – que prepara o indivíduo para julgar por si próprio em vez de ser arrastado pelas ações e opiniões da maioria. O passo seguinte, na perspetiva arendtiana, é o que nos permite avaliar as nossas ações e, portanto, pensar criticamente, o que desenvolve a capacidade de agir e transformar.

E eu considero que usando a nossa faculdade de pensar criticamente com vontade de agir e transformar encontramos um manancial de formação e de pedagogia inesgotável na Doutrina Social da Igreja que pela sua riqueza e dimensão transcendental deve ser divulgada e promovida de forma alargada para que possa influenciar os decisores.

A tarefa encontra-se facilitada com a publicação do Compêndio respetivo que constitui uma obra notável de sistematização de toda a teorização – seja em encíclicas papais, mensagens, homilias, textos bíblicos atinentes, do Novo ou Velho Testamentos. E que nos ensina bem que a regra de ouro para a Igreja não é a do equilíbrio orçamental a qualquer custo mas a do «não faças ao teu próximo, ao teu irmão, aquilo que não queres que te façam a ti». porque a verdade, a liberdade, a justiça e o amor são inerentes à dignidade humana.

Na carta endereçada ao Cardeal Renato Raffaele, Presidente do Pontifício Conselho Justiça e Paz, o Cardeal Ângelo Sodano regozija-se com a publicação do «Compêndio da Doutrina Social da Igreja», compartilhando a alegria de o oferecer aos fiéis e a todos os homens de boa vontade, como nutrição de crescimento humano e espiritual, pessoal e comunitário, afirma:

(Seguiu-se a leitura da carta do Cardeal Ângelo Sodano que, por ser bastante extensa, não transcrevemos)

Se vos transcrevo, aqui e hoje, esta carta é pelo que ela me tocou em termos pessoais.

É porque nós todos somos Igreja. E não basta agir de forma justa. É preciso atingir os conceitos e os fundamentos, demonstrar como na sua distorção – transformando fins em meios e meios em fins – e perdendo a noção da dimensão transcendente da pessoa humana – porque criado à imagem e semelhança de Deus – fazemos a Humanidade caminhar para a destruição.

Difundir os princípios e valores da fé cristã, nos quais se encontram várias outras religiões, com o objetivo de transformar o Mundo no sentido da promoção do bem comum pode ser uma utopia mas é uma utopia pela qual valerá a pena viver, lutar e morrer.

Será este, porventura, o melhor sentido das nossas vidas.

Ação no sentido da construção da justiça, com amor – conceitos indissociáveis entre si e ajustados à singularidade, à reciprocidade e à comunalidade, conceitos desenvolvidos na «Sociedade dos Iguais» por Rosanvallon.

Persuasão e difusão dos valores cristãos, universais e redentores.

Mãos à obra – Acudir mas também transformar para o Bem.

A tarefa é ciclópica mas estamos à altura de a realizar!».

Temas debatidos durante o Congresso

O dia 21 de Setembro foi destinado ao debate de vários problemas relacionados com o tema central do Congresso acerca dos quais intervieram pessoas que com eles convivem, sendo, portanto, competentes nas matérias abordadas. Limitamo-nos, de seguida, a mencionar apenas os temas e os nomes dos palestrantes, só nos referindo ao conteúdo das suas intervenções nos casos em que nos foram fornecidos dados.

Intervenientes do I Painel: Dr. Paulo Carrara Castro, Dr.ª Joaquina Madeira e Dr. Caldas de Almeida (da esquerda para a direita)

I painel

Presidiu – **Joaquina Madeira**, Presidente da Comissão Nacional do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade Entre Gerações.
Tema – **As Misericórdias e o Processo do Envelhecimento**
Oradores – **Manuel Caldas de Almeida**, do Secretariado Nacional da UMP – pelouro da saúde

- **Paulo Carrara de Castro** – do Departamento Medicina Social da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de S. Paulo.

Na sua intervenção sobre este tema, Caldas de Almeida disse que «*a demência é um problema muito grave em Portugal e que não é reconhecido, não existe uma rede ou unidades específicas para demências …. Entre 25 a 30 por cento das pessoas nos lares das misericórdias têm demência*». Anunciou que já está em curso um projeto que procura dar resposta a esse problema, prevendo-se a abertura, no primeiro semestre de 2013, de uma unidade específica, em Fátima. Acrescentou ainda que o projeto prevê também inventariar, em 20 lares das misericórdias, as pessoas que sofrem de demência e realizar um plano direcionado para a prestação de cuidados específicos para essas pessoas. O objetivo para já é «*dizer que há pessoas com demências, ver quem são, identificá-las e desenhar um programa para dar os cuidados de que elas precisam*». Quanto à colaboração do Governo disse: «*Só queremos que assine um papel a dizer que reconhece o projeto. Por enquanto não queremos dinheiro, só queremos dizer que este é um problema, dizer a todos que o problema existe e que vamos estudar uma maneira de dar alguma qualidade de vida a estas pessoas*».

Referindo-se ao apoio do Estado, Caldas de Almeida disse que «*é importante que o Estado tenha uma relação honesta com as misericórdias*» e que para garantir a sustentabilidade dessas instituições é «*urgente pensar em distribuir o orçamento pelo número de pessoas apoiadas*», não podendo o Estado exigir uma qualidade de serviços equivalente à da Suécia, quando não têm as misericórdias capacidade para isso.

Fez o orador também um apelo à sociedade civil: «*Se queremos que as pessoas sejam ativas, temos que mudar a maneira de fazer as coisas, mas vamos ter menos dinheiro, vamos ter que ser mais baratos, e a sociedade civil vai ter que perceber que as misericórdias vão ter que contar com as pessoas outra vez, precisarão de voluntariado, mecenato e saber muito concretamente o que o Estado pode dar para cumprir a missão*».

II painel

Presidiu – **José Reinaldo Júnior** – Presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas.
Tema – **O Papel das Misericórdias no Futuro da Saúde**
Oradores – **Paulo Dias de Almeida**, do INFARMED

- **António Brito**, da Confederação Internacional das Misericórdias (CIM)

- **Leal da Costa**, Secretário de Estado da Saúde.

Intervenientes do III Painel: Dr. Francisco Ferrer, Dr. António José Freitas e Dr. António Tavares (da esquerda para a direita)

III painel

Presidiu – **António José de Freitas**, Provedor da Santa Casa de Macau
Tema – **As Misericórdias no Quadro da Globalização**
Oradores – **António Tavares**, Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto
- **Francisco Ferrer**, Presidente do Sindicato dos Hospitais Beneficentes, Religiosos e Filantrópicos do Rio Grande do Sul, Administrador Geral do Hospital Pompeia e Diretor da Federação Brasileira de Administradores Hospitalares.

IV painel

Presidiu – **Marco António Costa**, Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social.
Tema – **O Lugar da Economia Social**
Oradores – **José da Silva Peneda**, Presidente do Conselho Económico e Social
- **Tomás Correia**, Presidente do Montepio Geral.

Sessão Solene de Encerramento

A Sessão Solene de Encerramento do Congresso teve lugar no dia 22, pelas 10H00, no Centro de Congressos Hotel Porto Palácio. Presidiu à Sessão o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, Dr. Leal da Costa, que, referindo-se à política de saúde que tem sido seguida pelo Governo, proferiu as seguintes declarações que envolvem as Misericórdias:

«É nossa preocupação permanente garantir o futuro sem comprometer o presente. Foi assim que atuámos na área do medicamento. Num ano, conseguimos uma poupança de cerca de 200 milhões de euros, conseguindo que os medicamentos chegassem mais baratos aos doentes. Aos que deles mais necessitam. Conseguimos um acordo sem par com a Indústria Farmacêutica que soube compreender o momento que Portugal atravessa. Foi assim que atuámos nos cuidados continuados. O cenário que encontrámos foi assustador. Os compromissos assumidos pelo anterior Governo não tinham cobertura financeira. A nossa prioridade foi pois o de avaliar a situação e avaliar as necessidades. Procurámos garantir os compromissos assumidos pelo Estado e que correspondiam a investimentos já efetuados por muitas instituições ao longo do país. Muitas das quais Misericórdias. Passado um ano, conseguimos resolver grande parte destas situações e penso resolver as restantes em breve.

O nosso objetivo é pois arrumar a casa. E quando arrumamos a nossa casa temos de passar por um momento em que não compramos novo até percebermos do que precisamos e do que não precisamos. Esse tem sido o nosso tempo. Temos hoje a casa mais arrumada. Podemos hoje olhar para o futuro de outra forma e com outra segurança.

Queremos garantir um acesso de proximidade a cuidados de saúde de qualidade para todos os portugueses. Mas não queremos construir infra-estruturas de saúde junto de cada português. É que garantir cuidados não significa obrigatoriamente prestar cuidados.

Há que aproveitar o saber e competências de todos aqueles que, fruto da sua experiência e vontade, estão prontos a garantir esses mesmos cuidados.

Dr. Leal da Costa na Sessão de Encerramento

As Misericórdias, como já afirmei, detêm uma vocação secular na prestação de cuidados de saúde. Em muitos casos adquiriram competências e diferenciações técnicas relevantes. Estão enraizadas junto das populações e em muitos locais onde as estruturas do SNS terão dificuldade em se manter sustentadamente.

Muitas das Misericórdias encerram em si mesmas as mais importantes forças vivas da sociedade. Aqui presto, pois, pública homenagem às centenas de Provedores espalhados por todo o Portugal enquanto representantes de uma obra muito vasta que é a das Misericórdias.

Acredito, pois, que o papel do Setor Social e, em especial, das Misericórdias pode ser um papel de parceiro ativo. Um parceiro do Estado no sentido em que se pode e deve assumir como prestador de cuidados de saúde diferenciados, de cuidados articulados e de cuidados de qualidade. Um parceiro das populações no sentido em que a sua vertente social poderá garantir um apoio muito relevante junto das populações mais desfavorecidas e, por vezes, mais abandonadas. E relação de proximidade que existe entre Misericórdia e as populações que serve é um valor essencial que importa garantir e potenciar.

Queremos poder contar com as Misericórdias como parceiros e atores da política de saúde. A bem de Portugal e da saúde dos portugueses».

Joaquim Vaz, Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Gaia, leu as **conclusões do Congresso** que transcrevemos:

*«O X Congresso Internacional das Misericórdias reunido, nas cidades do Porto e Gaia, a 20, 21 e 22 de Setembro de 2012, sobre o tema «**Unidos para multiplicar – promotoras de modernidade e Inovação**», faz aprovar as seguintes conclusões.*
As Misericórdias:
1 – Reafirmam o seu espírito de missão, com uma expressão viva e operante do seu envolvimento solidário na comunidade, em prol da construção de uma civilização global de amor e de paz;
2 – Congratulam-se com o reconhecimento pelo Estado do papel decisivo das Misericórdias, no apoio às populações, como parceiros essenciais no desenvolvimento dos serviços de saúde e na sustentabilidade da proteção social;
3 –Reconhecem que, no atual momento de crise social, económica e financeira que se vive, devem assumir um papel mais ativo na complementaridade da atuação do Estado;
4 – Reafirmam o seu empenho na promoção de uma cultura de solidariedade e de justiça, no combate à pobreza e à exclusão social, aceitando participar num esforço de uma nova evangelização baseada na prática de todas as Obras de Misericórdia e assente na doutrina social da Igreja;
5 – Manifestam o seu mais vivo testemunho no espírito que as anima e que permite que o Evangelho seja uma fonte de modernidade e inovação, de solidariedade universal, de partilha e de fidelidade aos compromissos assumidos;

6 – Evidenciam que a sua experiência secular ao serviço dos mais desfavorecidos da sociedade e o seu caráter universal lhes garantem as condições necessárias para participarem, de um modo mais fraterno, na construção de um futuro sustentável para todos;
7 – Relevam a sua preocupação com os fenómenos de exclusão social que não são dignos de uma sociedade inclusiva onde a dignidade humana deve ser o referencial único de orientação ética e moral;
8 – Salientam de um modo vigoroso que o relacionamento dos Estados com as Misericórdias se deve pautar por um contrato de confiança que tenha em consideração as condições e o nível de vida existente em cada país e o rigoroso cumprimento dos compromissos assumidos;
9 – As Misericórdias confirmaram o seu processo de melhoria contínua de qualidade alavancada em certificação externa. Neste pressuposto solicitam ao Governo e exigem do Estado tratamento, interpares e legislação e avaliações compatíveis com a realidade do País e as capacidades das Instituições;
10 – Apelam para que os parlamentos nacionais não deixem de acompanhar, através de comissões próprias, as instituições da economia social e o relevo que as mesmas assumem na criação de condições de qualidade de vida para todos os cidadãos, salientando a importância da existência de uma Lei de Bases da Economia Social;
11 – Cientes que o mundo globalizado reclama competência técnica e científica e demonstra a necessidade do reforço competitivo das nações, entendem ser seu dever preparar-se para inovar, criando instrumentos que potencializem a investigação em rede, com destaque para a ligação às Universidades;
12 – Disponibilizam-se para participar em programas de educação para a saúde e prevenção de doenças, no quadro dos ensinos pré-escolar, básico e secundário;
13 – Consideram, ainda, a ligação dos seus hospitais e de outros estabelecimentos congéneres, ao ensino superior na área da saúde, como fundamental para a obtenção de competências técnicas no desenvolvimento dos seus equipamentos;
14 – Encaram como primordial que, na sua conclusão, o ciclo de vida tenha uma nova abordagem, onde o paradigma do envelhecimento ativo da população, da intervenção das famílias, dos cuidados paliativos e de um voluntariado qualificado, possa ser uma regra seletiva para a humanização dos serviços;
15 – Apostam no intercâmbio entre as misericórdias espalhadas por todo o mundo, para assim, assumindo a idiossincracia e diversidade das matrizes constitutivas, se fortalecerem mutuamente na promoção da saúde e da solidariedade na procura de soluções modernas e inovadoras».

Após a leitura das conclusões, o Dr. Vítor Melícias, Presidente Emérito da Confederação Internacional das Misericórdias (CIM), proferiu uma conferência subordinada ao tema «**O Movimento Ecuménico das Misericórdias**» da qual destacamos o seguinte:

Dr. Vítor Melícias no uso da palavra

Condenando as medidas de austeridade do Governo, disse que «*é extremamente urgente que se travem estas medidas tão aceleradas de austeridade com incidência sobretudo financeira*». Defendeu também que as Misericórdias não devem estar sob tutela clerical, dizendo que «*a clericalização das misericórdias é motivo de escândalo*» e que é necessário «*reforçar a autonomia*» e «*ampliar a participação em regime de voluntariado de pessoas da comunidade não vinculadas às irmandades*», sublinhando, porém, a importância de manter a matriz cristã e a vocação ecuménica dessas instituições.

Encerrou a Sessão o Dr. Manuel de Lemos, Presidente da União das Misericórdias Portuguesas, com as palavras que entendemos serem o verdadeiro corolário de quanto foi dito no Congresso.

«*Reunimo-nos em Congresso nestes dias, desde logo, porque vivemos em Portugal e no Mundo momentos particularmente graves, mas também para celebrar, aqui no Porto, momentos de diálogo e de culturas.*

Vivemos em Portugal e no Mundo momentos conturbados e existindo as Misericórdias para ajudar os que precisam, é nestes tempos que a nossa Missão se torna mais importante e crucial.

E como bem sabem, sendo a boa vontade e o desejo de ajudar determinantes, hoje só é possível cumprir essa mesma Missão, se formos exigentes connosco próprios e, se com os Estados, os diferentes Estados, trabalharmos em estreita cooperação.

E sobretudo se, entre nós, conseguirmos comparar experiências, trocar ideias, reforçar a nossa identidade e autonomia. É um percurso que vimos advogando, a partir da CIM e da UMP, para as Misericórdias e é, com sentida satisfação, que todos podem constatar que, de uma forma ou de outra, vivemos tempos de mudança no sentido de estarmos cada vez mais habilitados em sede de recursos e competências para que os Estados confiem nessa cooperação.

Por isso, escolhemos como tema central do nosso Congresso a «**Promoção da Modernidade e da Inovação**»*, porque a partilha de saberes, de vontades e de responsabilidades vão ser determinantes para restaurar nas comunidades a que pertencemos os valores que perdemos e a vontade coletiva de cumprir um Destino e uma História, centrados, sim, no desenvolvimento económico, sim, na criação de riqueza, sim, na retoma do emprego, mas também no desenvolvimento social, mas também na proteção social dos grupos mais desfavorecidos.*

Hoje, as Misericórdias do Mundo e de Portugal não são mais instituições geridas por senhores de muita idade, cheios de vontade de bem fazer, na base do «**é melhor isto do que não ter nada**».

Hoje, as Misericórdias são instituições modernas bem capacitadas em termos de recursos materiais e humanos onde os mais velhos e os mais jovens, sem preocupação de cortes geracionais, convivem e trabalham de mãos dadas em defesa da dignidade e da cidadania. Temos orgulho na nossa natureza, na nossa identidade e na nossa autonomia. Exigimos qualidade, mas também rigor. Dizemos não ao luxo, mas também não ao miserabilismo e à caridadezinha fácil.

E, porque estamos no terreno há mais de 750 anos, sabemos, como disse o António Tavares, que a austeridade não é, não pode ser um desígnio das Nações porque a austeridade, de fato, não pode ser um fim, mas um meio. E, se é um meio, então, em relação aos meios, temos que ser flexíveis, cientes que, quando colocamos os povos entre a espada e a parede, na maioria dos casos, eles escolhem orgulhosamente a espada. Estamos felizmente muito longe disso, mas registamos em todo o Mundo motivos crescentes de preocupação e alerta que nos obriga a estar atentos.

Meu caro António Brito, como novo Presidente da CIM não lhe vai faltar felizmente trabalho nesta área que está muito para além das tradicionais preocupações das Misericórdias brasileiras em matéria de gestão hospitalar. Mas estou seguro que, com o seu dinamismo, a sua capacidade de trabalho, a sua inteligência, seremos todos capazes, sob a sua orientação, de levar cada vez mais longe a nossa determinação em contribuir para a construção de um mundo melhor.

Sabemos bem que, como alguém disse neste magnífico Congresso, têm sido a nossa capacidade de diálogo e a nossa determinação as principais razões para que, neste quadro tão difícil, estejamos a ser capazes de ultrapassar as dificuldades que se nos deparam e ajudar as pessoas.

E, se me permitem que me dirija agora às Misericórdias Portuguesas, direi que, hoje em Portugal claro que não resolvemos tudo. Claro que pela frente nos esperam escolhos e caminhos de pedras e que nem sempre poderemos estar de acordo. Temos hoje muitas Misericórdias fragilizadas, infelizes por não conseguirem acudir a todos os que as demandam e um número sempre crescente até com gravíssimos problemas de sustentabilidade; foi por isso que na sequência do pedido feito no decorrer deste Congresso, por todos os Presidentes dos Secretariados Regionais e dezenas de Provedores, tomei a decisão difícil de me candidatar a um terceiro e último mandato.

Não foi uma decisão fácil. Mas a amizade e o carinho de muitos Provedores que, de norte a sul, da Madeira aos Açores, me instaram a que continuasse, o meu próprio sentido de responsabilidade pública, a coesão e competência das equipas que tenho liderado, a solidariedade de todos os Órgãos Sociais e a certeza que tenho no Estado (como disse no discurso de abertura, Governo, Oposição, Instituições Públicas Privadas e Sociais) muitos interlocutores sérios e com sensibilidade para perceber a importância da nossa Missão constituíram elementos determinantes para a minha decisão. Acresce que, embora sendo por natureza um otimista, tenho-me tentado colocar numa posição realista; ora, o que a atual crise me tem demonstrado é que, mais do que o tempo das ideologias, mais do que o tempo da política, temos que ter um tempo de verdade e um tempo de coesão.

Se o dinheiro escasseia, se o desemprego aumenta, se a qualidade de vida baixa, então, abracemos soluções que sejam sérias, fiáveis, economicamente credíveis e compreensíveis por todos; assim sendo, é neste quadro que reafirmamos a nossa ambição, em servir e em ajudar, que é uma ambição saudável, amiga e séria.

Meus caros, por tudo isto, a vossa presença neste Congresso, de todos os nossos convidados, dos palestrantes aos provedores das Santas Casas das Misericórdias do Porto e de Gaia e ao Dr. Bernardo Reis, constituem um estímulo e uma razão acrescida para continuar o trabalho que vimos desenvolvendo.

A este respeito não quero encerrar as minhas intervenções sem manifestar o meu profundo agradecimento aos sponsors e aos profissionais da UMP que tornaram possível este Congresso. Para a Sílvia Almeida, a Linda Marques, a Cláudia Amanajás, a Natália Gaspar e os colaboradores da SCMP e da SCMVNG os meus mais afetuosos agradecimentos.

Que Nossa Senhora das Misericórdias, a Senhora do Manto Grande, nos cubra a todos nós com a sua proteção no nosso regresso a casa».

António Amorim

Organização:

15º RALLY PAPER

Colaboração:

Aconteceu no passado dia 15 de Setembro o 15º Rally Paper. Saiu à rua, percorrendo um itinerário pelo concelho de Vila do Conde.

O amigo da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde, José Vieira, dirigiu o Rally com o seu empenho habitual.

A alegria da participação esteve bem patente em todos os concorrentes que "lutaram" afincadamente por um lugar condigno com a sua perícia e conhecimentos culturais.

O Colega Lions Fernando Sousa Dias foi digno vencedor, já que teve no seu "pendura" uma preciosa colaboração.

Até ao próximo ano!

Helder Pimenta

CLASSIFICAÇÃO:

1º Classificado
Fernando Sousa Dias

***

2º Classificado
Albina Maria Silva Maia

***

3º Classificado
Luis Miguel Monteiro Silva

Plano de Emergência Alimentar

A Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde assente na premissa do apoio social, desde há vários anos que tem vindo a apoiar, diariamente, indivíduos isolados e/ou agregados familiares que se encontram a vivenciar situações de fragilidades múltiplas, através do fornecimento de refeições (duas refeições diárias – almoço e jantar, sete dias por semana), de forma gratuita e/ou com mensalidade simbólica, numa lógica de responsabilidade individual, sem que a Instituição recebesse qualquer apoio externo para o efeito.

Com a atual conjuntura social, de crescente desemprego, de baixos rendimentos e de diminuição/fragilização das redes de sociabilidades informais, as situações de pessoas a vivenciarem graves problemáticas e em condições de vida bastante periclitantes sofreu um aumento e um agravamento significativos (que cada vez adquirem maior visibilidade), dando origem a que o número de pessoas apoiadas pela nossa Instituição tenha crescido, exponencialmente, nos últimos anos, com uma média de distribuição de 100 refeições diárias.

Recentemente, em 20 de Abril de 2012, e no âmbito do apoio alimentar a pessoas que vivenciam situações de grande vulnerabilidade sócio-económica, foi assinado um Protocolo de Colaboração entre a Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde e o Instituto de Segurança Social, I.P./Centro Distrital do Porto, relativamente ao Programa de Emergência Alimentar. O referido Programa prevê que a Instituição disponibilize "65 refeições diárias para consumo externo durante sete dias por semana", para as quais o Instituto de Segurança Social, IP, dará uma comparticipação financeira.

Importa referir que o número diário de refeições distribuídas pela nossa Instituição é substancialmente superior às 65 constantes do enunciado programa, dado que as situações que se nos apresentam diariamente são, na maior parte das vezes, situações que urgem a assunção de respostas imediatas, neste caso, de apoio à satisfação de uma necessidade básica de vida diária, como é a alimentação.

Paralelamente ao enunciado apoio alimentar, a Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde, mensalmente, atribui cabazes de alimentos a agregados familiares, numa lógica de aproximação e de apoio menos visível, especialmente destinado a agregados familiares que estão a vivenciar situações recentes de vulnerabilidade, decorrentes de problemas de saúde, alterações na situação laboral e económica. No corrente ano, a atribuição de cabazes de alimentos é de 15 cabazes mensais.

Assistente Social
Cátia Pires Ferreira

Serviço

Asseguramos o perfeito funcionamento e segurança dos seus elevadores.

S+
SCHMITT+SOHN
ELEVADORES

+ Assistência Técnica Especializada
+ Serviço 24 horas
+ Manutenção a todas as marcas de elevadores, ao melhor custo

Contacte-nos!

Delegações [Telefones]

Porto 229 569 000
Lisboa 213 030 350
Coimbra 239 493 803
Braga 253 610 819
Castelo Branco 272 342 428
Faro 289 822 758

Outros centros de atendimento

Leiria
Vila Real
Moura

info@schmitt-elevadores.com
www.schmitt-elevadores.com

150
Responsabilidade desde 1861.

XII Recolha de Sangue nesta Santa Casa

No passado dia 19 de Setembro, quarta-feira, realizou-se na Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde, no Equipamento Social Casa da Criança, a sua 12ª Recolha de Sangue.

Deu assim mais um passo na ação solidária que tem vindo a desenvolver com o Instituto Português de Sangue. As colheitas decorreram entre as 9h00 e as 12h30.

Nesta brigada, o Instituto Português de Sangue conseguiu realizar 98 inscrições e efetivar 70 colheitas.

Mais uma vez fica um agradecimento a todas as pessoas que se disponibilizaram e se deslocaram às instalações da Santa Casa para colaborar neste projeto.

A próxima recolha está prevista para finais de Janeiro do próximo ano. Na devida altura a Instituição, em colaboração com o Instituto Português de Sangue, fará a devida divulgação.

Lara Santos

Misericórdia de Vila do Conde assinou protocolo com a Segurança Social no âmbito de PIEF

A Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde assinou, no passado dia 08/11/2012, um protocolo de compromisso com o Instituto de Segurança Social, no âmbito do Programa de Apoio e Qualificação da Medida PIEF (Programa Integrado de Educação e Formação).

Este programa é financiado no âmbito dos fundos estruturais do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), via Fundo Social Europeu, pelo Programa Operacional Potencial Humano (POPH).

Trata-se de um programa que visa prevenir e combater situações indiciadas ou sinalizadas de crianças e jovens em risco de exclusão social, nomeadamente no meio escolar. Efetivamente a pobreza e a exclusão social encontram-se muitas vezes, neste meio onde o insucesso seguido de absentismo e abandono escolar conduzem as crianças e jovens a um ciclo de exclusão que, em muitos casos, se prolonga por gerações, sendo necessário implementar respostas integradas que envolvam as escolas e as redes sociais locais. Com este programa pretende-se criar várias medidas específicas, nomeadamente socioeducativas e formativas de prevenção e combate ao abandono, absentismo e insucesso escolar.

Assim, neste âmbito a Misericórdia de Vila do Conde através de um Técnico de Intervenção Local (TIL) vai desenvolver este projeto em 2 turmas (8º e 9º ano) da Escola EB/2,3 de Júlio/Saúl Dias.

A sua atuação será em estreita colaboração com a equipa pedagógica da escola, de forma a adotar as medidas e os instrumentos necessários para combater as causas e os processos de origem de exclusão social, nomeadamente através de inserção educativa e formativa destas crianças e jovens.

"Ajudar estas crianças e jovens a encontrarem o seu verdadeiro caminho é o nosso objetivo".

Conceição Antunes

Misericórdia de Vila do Conde com Avaliação de Excelência

A Unidade de Saúde da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde foi avaliada pela Entidade Reguladora da Saúde com nota máxima de EXCELÊNCIA em 2012.

Esta avaliação foi realizada nas vertentes de excelência clínica, segurança do doente, adequação e conforto das instalações, focalização no utente e satisfação do utente e foi introduzida através do projeto SINAS em 146 hospitais públicos, privados e do setor social, tendo decorrido entre o final de 2011 e o primeiro semestre de 2012.

Das unidades hospitalares avaliadas, apenas 42, ou seja, 29%, revelaram um estado clínico sem falhas, sendo distinguidas com "**NOTA MÁXIMA**".

A Santa Casa da Misericórdia foi uma delas.

A Unidade de Saúde desta Santa Casa, iniciou a sua atividade em 2006, tendo começado pela área de consultas de especialidades: depois abertura do bloco operatório e já em finais de 2006, o serviço de atendimento permanente (consulta em medicina geral e familiar 24 horas por dia e sete dias por semana).

Foi uma aposta da Instituição no sentido de suprir um défice na prestação de cuidados de saúde à população de Vila do Conde, nomeadamente ao nível das especialidades médicas e cirúrgicas (a Medicina Geral e Familiar será a exceção), em que os tempos de espera não eram aceitáveis, ou naquelas especialidades que pura e simplesmente não eram oferecidas localmente pelo serviço público.

Este reconhecimento veio provar que foi uma aposta ganha.

A Unidade de Saúde construiu uma oferta de cuidados de alto nível, permitindo o acesso a todas as especialidades, assim como a exames complementares de diagnóstico, análises clinicas e medicina dentária. Integrou também os cuidados de medicina física e reabilitação, que já existiam.

Todo este trabalho, e o seu reconhecimento, só foi possível, com a dedicação e carinho em que todo o coletivo se empenhou, desde a Administração, aos médicos, aos enfermeiros, aos auxiliares e aos administrativos.

Dr. João Salgado
Diretor Clínico

Instalações da Unidade de Saúde desta Santa Casa

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE

500 1510-2010

HOSPITAL DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE

COM

AVALIAÇÃO DE EXCELÊNCIA

A ERS - Entidade Reguladora da Saúde – através do projeto SINAS, procedeu, entre 2011/2012, à avaliação, dos Hospitais Prestadores de Cuidados de Saúde, para aferir de forma mais fidedigna, os níveis de qualidade em saúde.

Este estudo abrangeu Hospitais, Públicos, Privados e Sociais, estando a Misericórdia de Vila do Conde incluída neste último.

A avaliação foi realizada nas seguintes dimensões:

- ***Excelência Clínica***
- ***Segurança do Doente***
- ***Adequação e Conforto das Instalações***
- ***Focalização no Utente***
- ***Satisfação do Utente***

É com muita satisfação que o

HOSPITAL DA SANTA CASA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE

obteve **"NOTA MÁXIMA"**, *nesta avaliação.*

É o ***reconhecimento*** *do esforço e preocupação constante na prestação de um serviço de qualidade.*

DO ARQUIVO
"O lado Nascente da Igreja"

No ano de 2010, comemorou-se a fundação da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde com várias solenidades e actos que marcaram o acontecimento. Deles, a revista "Santa Casa" realçou o que houve de maior significado.

Foram quinhentos anos nos quais a Nossa Senhora da Misericórdia, a Santa do Manto, cobriu e assistiu às dificuldades de ricos, remediados e pobres. Assim ilustram as

bandeiras da Confraria. Não se trata apenas de apoio material, importante em todos os tempos, como os de hoje, mas também o espiritual. Foram quinhentos anos a fazer caridade, se alguma história houvesse de ser escrita, dar-lhe-ia o título de "500 Anos de Caridade".

Ora, em tempos, o meu escrito "Do Arquivo - Notas de acaso", justificava o título: "Não tendo definido assunto no qual estas informações possam ser integradas, aqui deixo os registos:", e aconteceu que no ano de 2009 teve início a obra de restauro e conservação da Igreja desta Santa Casa[1] dando a oportunidade de, em parceria com os técnicos do restauro, prestar e procurar esclarecimentos sobre questões que sempre surgem a quem investiga.

Daquelas notas atrás referidas há duas que se integram nesta questão. A primeira: "*Despendeose com o* ***Arquiteto*** *que fez a planta para a tribuna seis mil e quatrocentos rs*"; "*Despendeose com o* ***Imaginario***[2] *que fez a tribuna trezentos e setenta e sete mil e duzentos rs*"; "*Despendeose com o pedreiro Francisco Dias da obra pera a tribuna e concerto do muro e casas cento e quinze mil e seiscentos rs*"[3].

Porque já havia lido em súmula histórica desta nossa Igreja que a Tribuna era atribuída a Nicolau Nazoni[4] , teve-se o cuidado de se procurar por toda a sua estrutura a existência de qualquer nome que indicasse a sua concepção. Esta procura foi em vão. De nenhum modo se poderá afirmar ou negar

[1] Empresa responsável pela obra de Restauro e Conservação – Signinum – Gestão e Património. Intervenção – Valorização da Igreja da Misericórdia de Vila do Conde, ao abrigo do Programa Operacional Regional do Norte (ON2);

[2] Estatuário, Santeiro.

[3] Livro de Eleição, Receita e Despesa 1743/1744, fólio 28v.º.

[4] "Em 1725 já trabalhava na Sé do Porto e em certas zonas do norte do País. Faleceu em 1773 e foi sepultado na Igreja dos Clérigos". In " História da Arte Portuguesa" - Dirigida por Paulo Pereira, vol. III, Círculo dos Leitores.

esta autoria, embora não deixe de colocar a pergunta se o nome de Nicolau Nazoni era assim tão desconhecido entre os homens de ofícios ligados à construção com o canteiros, pedreiros e imaginários?

A segunda: "*Despendeo esta Santa Casa com o nicho da Senhora da Conceição de pedra que esta nas costas da Capela-mayor desta Igreja vinte e três mil rs*"[5]; "*Despendeose com a obra da imagem de Nossa Senhora do adro em seu nicho e mais obra de pedraria (escadaria) vinte quatro mil e duzentos rs*"; "*Despendeose mais com as grades de ferro para a escada da mesma obra dez mil trezentos e vinte rs*"[6].

A envolver a parte de trás da Igreja, relativa ao altar-mor e sacristia há um adro (quintal) com cerca de 300 m² . Aqui existe um fosso de águas pluviais, cuja profundidade é de cerca de 1m, que defende os alicerces. É nestas costas da Capela-mor que os elementos acima transcritos quebram o pano granítico da Igreja. Mas, porém, dois há que não estão referidos – uma fresta que permite a entrada de luz numa arrecadação atrás da Tribuna e um pequeno nicho que, com toda a certeza, pertencia à primeira Igreja da Misericórdia. Importa lembrar que a presente Igreja foi ampliada em 1599. As pequenas linhas escultóricas que encimam o nicho são próprias da época quinhentista e, de resto, a contratualização com os mestres pedreiros desta reconstrução assim o confirmam: "*… e sera delles mestres toda a pedra descadria da dita Igreja pera que se aproveite della e assim a da allvenaria …*"[7].

Admito que neste nicho tivesse havido uma pequena imagem de Nossa Senhora da Conceição pois não esqueço que, quando da peste de 1580 naquele quintal, após ser benzido, foram sepultadas as vítimas da epidemia:

[5] Todas as transcrições estão em Itálico e conforme às normas de transcrição paleográfica, logo, o mais fiel possível ao original.

[6] Arquivo Histórico Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde - Maço de Documentos pertencentes à Capela de João Gonçalves, piloto (s/cota).

[7] AHSCMVC - Livro 1.º dos Registos, folhas 65v.º a 66v.º.

"Termo de como se benzeo o campo de tras casa da mia (Misericórdia) para sepultura dos pobres. Aos sinquo dias do mes de Dezembro de mil quinhentos e oitenta annos (h)ouve a instancias do provedor e irmãos desta Stª Casa o vigário Diogo Dias Ferreira benzeo o campo desta Stª casa que esta de tras da Igreja para sepultura dos pobres desta Villa como dos que morrem do ***grande mal da peste****...o escrivão da meza Francisco Ruiz"*[8].

Este facto de enterrar defuntos neste recinto tornou-se, entre outros lugares, comum. A concepção existente à época de que a proximidade às figuras sagradas era esperança de redenção que Deus punha ao seu alcance, motivou que se construísse o segundo nicho, cujo motivo escultórico apresenta um tímpano rasgado por duas volutas, entre as quais uma cruz símbolo do Calvário, que se repetem na base, lembrando as Capelas dos Passos. Neste nicho estava uma imagem de Nossa Senhora da Conceição . Esta imagem merece-me uma apreciação especial apesar de alguma rusticidade na sua execução: o canteiro "atacou" um bloco de granito no qual esculpiu a figura de Nossa Senhora da Conceição[9] sobre o mundo e base, com 137

cm de altura e 60 cm de largura. Uma robusta escadaria de dois lanços, quebrada por um patamar e defendida por uma grade de ferro, faz-me crer ser usual a manutenção de algum lampadário aqui existente e/ou a realização de qualquer cerimónia fúnebre. A grade de ferro da escadaria de acesso ao nicho o tempo se encarregou de a corroer. O tempo do Homem se encarregou também de apagar a sagração do lugar.

Firmino Abel

[8] Livro 1º dos Assentos, Fólio 118v.º

[9] Esta imagem foi retirada do nicho para efeitos de restauro.

Capelas, Vínculos e Legados

Capela de João Gonçalves, piloto e sua mulher Maria Alvares

Desde a sua fundação a Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde foi recebendo dádivas em géneros, dinheiro e bens de raiz de benfeitores que legavam o *"terço de sua alma*[1]*"* com a condição de lhe serem celebradas missas e responsos por sua alma. Assim se constituíram as Capelas[2], Vínculos e Legados. Assentes em bens de raiz e/ou capital, foram a base de sustentação financeira da Misericórdia permitindo e facilitando a sua ação caritativa no auxílio e protecção ao próximo.

Já aqui nesta revista se deu conhecimento de alguns dos benfeitores desta Misericórdia[3], cujos retratos se encontram nas paredes do Salão Nobre da Casa do Despacho. Agora, dar-se-ão a conhecer as propriedades vinculadas às referidas Capelas, bem como os caseiros que as cuidaram.

A primeira Capela de que há registo escrito no Arquivo Histórico desta Santa Casa foi instituída a 3 de Outubro de 1537 por Maria Alvares, mulher de João Gonçalves, piloto[4], já defunto.

Do testamento de Maria Alvares apenas conhecemos algumas verbas, trasladadas do original, que se encontram no Livro 1.º dos Registos desta Santa Casa, a folhas 233 e 233v.º e que aqui se passam a transcrever[5]:

"Saybham quantos este estromento de treslado de huãs verbas de manda dado por mandado e autoridade de justiça virem que no ano do nacimento de nosso snõr jesus xpõ de mill e quinhentos e trynta e sete annos aos tres dias do mes de Outubro do dito anno em Vyla de Comde dentro no paço de concelho estando hy Pero Miz Gaio pyloto juiz ordinario em a dita vyla perante elle dito juiz e perante mim tabeliam pareseo de presente Andre Luis provedor da misericordia desta dita vyla e bem asy alguns Irmãos da dita misericordia e diseram ao dito juiz que em poder de mim tabeliam estava huã manda que fizera Maria Alvrez por sua morte molher que foi de Joham Gonçalvez ja ambos defuntos moradores em esta dita vyla em a quall manda a dita Maria Alvrez deixava a dita misericordia huã orta e asi trezentos rs em dinheiro que pediam e requiriam a ele juiz que lhes mandase dar em hum proprio estromento o treslado de duas verbas da dita manda que falam na dita horta por quanto emprazavam da justiça delas e o dito juiz fez pregunta a mim tabeliam se estava em meu poder a dita manda da dita Maria Alvrez eu tabeliam lhe dise que si estava e o dito juiz vendo asy todo mandou a mim tabeliam que dise ao dito provedor da dita misericordia o trelado das ditas verbas por hum proprio estromento as quais verbas da dita manda que falam na dita orta e trelado delas todas de verbo a verbo sam as seguimtes// deixo a misericordia desta vyla huã horta que tenho de tras da Igreja desta vyla com tall gisa e condiçam que eles me mandem cada somana diser huã misa de nosa snrã por minha alma e de meu marydo// deixaram alguãs cousas que ao tempo que esta manda mandei ser feita tinha primeiramente estas casas em que ora vyvo e mais huã horta que deixo a misericordia como acima he dito e não querendo

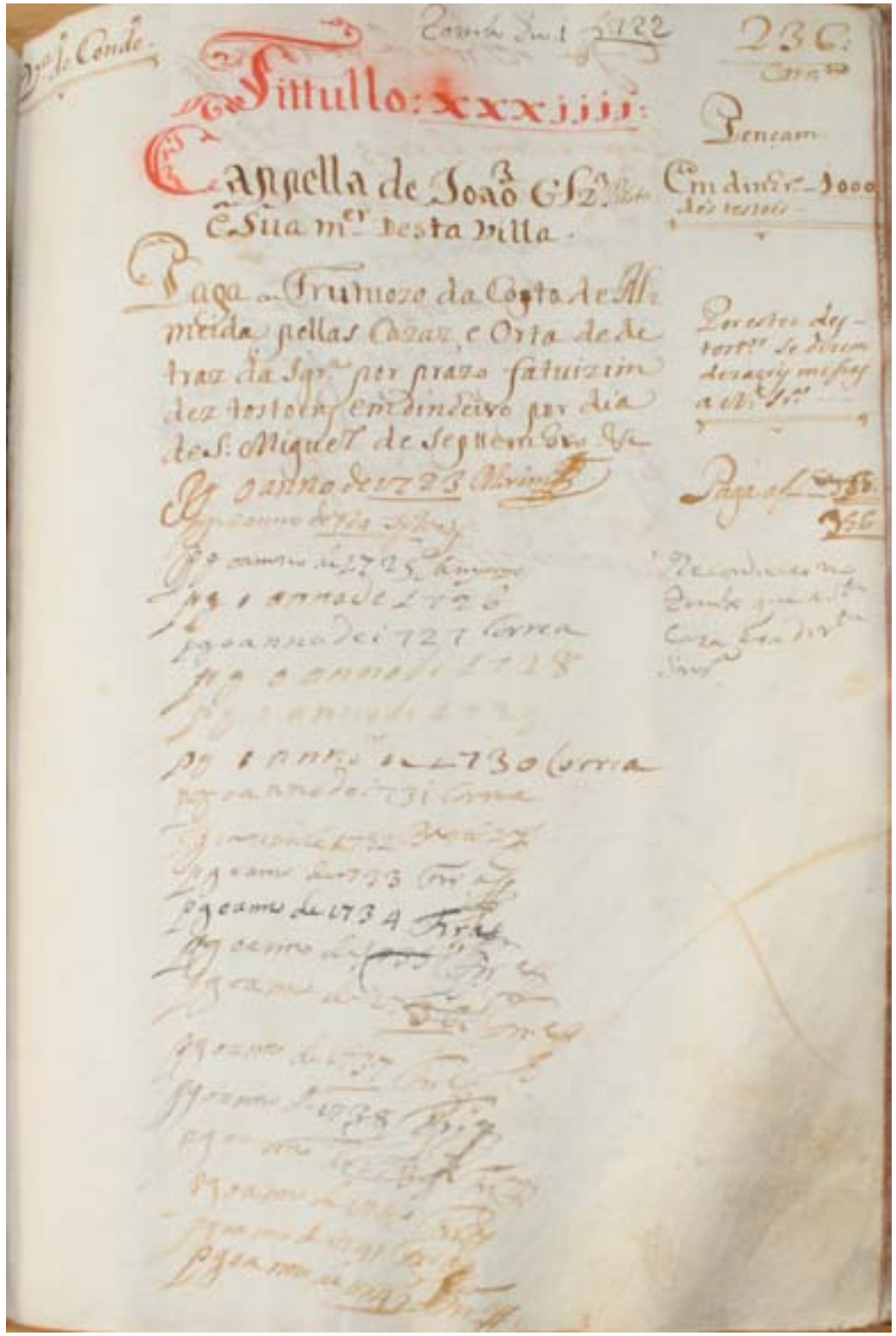
[1] Terça parte de sua herança.

[2] Parte da herança que o testador destinou à satisfação dos encargos de sua alma, como a celebração de missas, esmolas e outros actos de caridade, piedade ou devoção.

[3] Revista "Santa Casa" n.º 22, Julho de 2005 e n.º 24, Agosto de 2006 – "Casa do Despacho da Misericórdia – Retratos dos Benfeitores"- Dr. Firmino Abel Silva Couto.

[4] Há notícia de João Gonçalves nos Registos Paroquiais, nomeadamente, no Livro dos Baptismos, como padrinho de uma menina de nome Maria, filha de Filipe Gonçalves e Silvestra, em Março de 1535.

[5] Todas as transcrições estão em Itálico e conforme às normas de transcrição paleográfica, logo, o mais fiel possível ao original.



Livro do Recibo das Pensões dos Caseiros desta Santa Casa, 1695, pág. 242

a misericordia aceitar a dita horta com o dito encareguo os ditos meus testamenteiros ha daram a tall pesoa clerigo na dita vyla que tenha careguo de diser as ditas misas como dito he// trelado das asy as ditas verbas da dita manda que forem na dita horta como dito he eu tabeliam as treladey aqui todas de verbo a verbo e as comtey com as proprias e com o tabeliam que aqui pos (…) eu Gonçalo Fernandez tabeliam proprio judicial de El Rey nosso Snõr em esta dita Vyla de Conde e seu termo que este estromento de trelado de verbas de manda aqui trelado e aqui em valer meu proprio synall fiz que tal he (…) Manuel Ruiz"[6].

Pelo traslado acima se compreende que Maria Alvares tinha a intenção de instituir Capela com obrigação de celebrar, todas as semanas, uma missa em honra de Nossa Senhora por sua alma e de seu marido. No mesmo dia foi assinado o termo de aceitação desta horta e vínculo, sendo formalizada a fundação da dita Capela:

"*Aceitação da horta por tras da Igreja pelos Irmãos e Provedor*"

"*Em os tres dias do mes d'outubro de mill e quinhentos e trynta e sete annos em villa de comde na quasa da mysyricordia da dita villa pareceo Antonio Afonso de Leça pyloto e Joham Pirez seu criado moradores na dita villa como testamenteiros de Maria Allvrez molher que foy de Joam Gonçallvez piloto ja defunto e apresentaram a Andre Luis provedor e Irmãos da dita mysyricordia huã trelado de huã manda que fez a dita Maria Allvrez com huãs verbas que dizem que ella deixaba a dita mysyricordia huã orta sua que ella tinha na dita villa ao Ribeirinho de Sam Bastiam com tanto que o dito provedor e Irmãos lhe mandasem dizer em quada huma somana huã misa da nosa senhora a qual orta parte de todas partes . S . do (norte) com huã orta de Afonso de Faria e do vendaball com ho caminho pubriquo e vai para o rio e da tera com huã orta que foy de Antom da mosa e do mar outro sy com ho caminho que vem da Igreja nova da dita villa para sob mosteiro e com as mais confrontaçois que de direito devem partir/ a qual orta o dito provedor e Irmãos aceitaram com o cargo da dita misa em quada somana e pola mesma maneira e obrigaçam ho aceitaram e (…) aos outros provedores e Irmãos que ao diamte e cumpram a dita missa em quada huã somana huns depos os outros por todo o tempo que adiamte (…)/ e os ditos provedor e Irmãos receberam o trelado em propria forma das ditas verbas e ho aceitaram neste livro e ho dito provedor e Irmãos acordaram e detrimynaram que a dita orta senam venda nem descamba (…) e para todo sempre se qumpra a dita missa em cada huã somana e o dito provedor e Irmãos aceitaram como mynystradores da dita capella para que elles e os outros adiamte ho cumpram e todo façam comprir a dita missa cada huã somana para todo sempre por nam ser herdado dada a dita mysyricordia (…) a mynystraram de capela e por serviço de Deus ho dito provedor e Irmão o aceitaram e dele he os testamenteiros requiriram e pidiram ao provedor e Irmãos hum estromento de como a tinham dado e entregado a dita mysyricordia segundo a forma das verbas da dita mamda e o dito provedor e Irmãos lhe mandaram de tudo passar huã certidam como sam entregas da dita orta e sobrigaram comprir conforme ao testamento da defunta e verdade he asynaram aquy no dito dia mes era sobredita Manuell Ruiz fez screver*"[7].

Assim, nesta data atrás referida, passa a horta detrás da Igreja Matriz de Vila do Conde a fazer parte do património fundiário desta Santa Casa. Em 1543, o Provedor e Irmãos da Misericórdia acordaram emprazar a propriedade para que o foro rendesse o suficiente para pagar a celebração das missas da Capela:

[6] Arquivo Histórico Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde - Maço de Documentos pertencentes à Capela de João Gonçalves, piloto (s/cota).
[7] AHSCMVC - Livro 1.º dos Registos, folhas 65v.º a 66v.º.

"Acordão sobre darem prazo da orta detras da Igreja matriz capella de João Gonçalvez e Maria Alvrez ao reverendo Antonio Gill"

"Aos quatorze dias do marsso de mil e quinhentos e corenta e tres annos na casa da mysericordia desta Villa de Conde forão juntos Andre de Mariz provedor e os Irmãos .S. Pero Afonso de Leça e Gonçalo de Paz Fernam d'Afonso e Antonio Afonso e Gonçalo Bras e Allvaro Piz e Joam Gomes e Sallvador Gonçallvez e João Lopes Touguinha e llogo acordaram e ouveram por bem por ser serviço de Deus e da Casa para adiante e de darem e emprazarem ao abade Antonio Gill a orta que ficou por falecimento de Maria Allvrez de que elles Irmãos da mysericordia sam ministradores em tres vidas .S. a primeira que he a elle Antonio Gill abade e a segunda a quem elle nomear e a segunda nomeara a terceira e em vida do dito abade com tall condição que elle abade faça humas casas na dita orta que valham de trinta ate corenta mill rs da feitura deste acordo a dous annos a qual horta lhe entregaram ate ho de sam miguell que vem da era presente com contrato que elle abade em sua vida digua as missas da capella da defunta que a Caza he obrigada em cada hum anno em cada somana huma missa aos dias que hos Irmãos ordenarem com elle dito abade e lhe damos esta orta com o prazo desta missa cada somana a que somos obrigados em sua vida delle abade sem outro nenhum encargo e as duas vidas que elle abade depois vierem se forem clerigos que digam a dita capella e pagaram mais duzentos rs d'esmolla para a dita casa e sendo leigos pagaram mil rs a dita casa da misericordia em cada hum anno para as dizer as missas da capella da defunta e isto com tall condição que elle abade Antonio Gill fez obrigaçam em dizer que por sua devoçam quiria cantar a capella da misericordia dous annos por sua devoção sem por isso levar nenhum premio nem galhardão em acabando os ditos dous annos elle Antonio Gill se obriga a servir a dita casa por menos do que outro servir que somam cada hum anno tres cruzados que do mais ella avia por bem de quitar a santa misericordia e isto em sua vida sem embargo dos outros capellães levarem dous mill rs cada hum anno e isto se obrigou o dito abade Antonio Gill em sua vida polla rezão assima decrarada e asi elle abade fazendo outras bem feitorias na dita orta que todas fiquem na casa (as ditas casas)livres e desobrigadas acabando as ditas tres vidas …."[8]

Desta forma, foi realizado prazo de três vidas ao Abade António Gil com o compromisso de, nos dois anos seguintes ao contrato, construir na horta casas que valessem entre trinta e quarenta mil réis, bem como dizer as missas da Capela. Para além desta obrigação, o Abade também se propôs cantar a Capela da Misericórdia durante os dois anos seguintes sem qualquer retribuição, findos os quais continuaria a servir a Casa pela quantia de mil e duzentos réis anuais. Esta obrigação era válida apenas em vida do dito António Gil pois a segunda e terceira vidas do prazo tinham apenas como obrigação o pagamento do foro. Segundo o contrato de prazo, se a segunda e terceira vidas fossem clérigos teriam como obrigação a celebração das missas mais o pagamento de duzentos réis em dinheiro, se fossem leigos teriam que pagar, anualmente, mil réis de pensão para pagamento das missas da Capela. No final das três vidas do prazo, as casas e todas as benfeitorias que fossem efectuadas na horta reverteriam para a Misericórdia, livres e desembargadas.

Em 14 de Janeiro de 1545, feitas as casas que o abade se comprometera a edificar, a Mesa Administrativa foi forçada, por via de imposição das Ordenações reais, a emprazar a horta com prazo "Fatiozim para sempre"[9]:

"Aos quatorze dias de Janeiro do ano de mill e quinhentos e quarenta e cynquo annos foram juntos na casa da nosa snrã da mia desta vyla de Vila de Conde juntos .S. Andre de Mariz provedor com os mais Irmãos que aquy asynaram e loguo polo dito provedor e Irmãos juntamente cada hum e todos juntos ouveram por bem e acordaram que por quanto El Rey nosso snõr em suas ordenações no livro segundo no titulo dos regidos no paragrafo que temos visto e sabido por espiriencia que as eranças das quapelas espritais confrarias se forem casas vinhas pomares ortas se aformem fatiota pera sempre por pregam por respeito das ditas eranças se façam benfeitorias para nobricimento das cidade e vilas do Reino como mais perfeito se contem no dito capitilo que aquy ouviram por espaço: e vendo asy o dito provedor e Irmãos como o abade Antonio Gil e vigairo de portucalvos a que os ditos provedor e Irmãos tinham feito prazo em pregam com as ditas condições (…) fazia casas em huã orta que fiquou por morte de Maria Alvres de que os ditos Irmãos fiquaram por ministradores ho que he em nobrecimento desta vila e Igreja por se fazer rua de tras dela e asy o dito abade Antonio Gil quer fazer mais bem feitorias e lhes requerer que conforme a dita ordenaçam lhe fizesem o dito prazo em fatiota por ter feito muita despesa e espera de fazer mais em vindo os ditos Irmãos ho que lhes asi requiria o dito abade e que sera muita rezam e justiça ser lhe asi emprazada a dita orta em fatiozim por ele abade servir a dita confraria muito bem e dar pola dita orta mais do que ninguem dava em pregam para proveito da dita confraria e nobrecimento da vila ouveram todos por bem .S. provedor e Irmãos dela mandaram fazer o dito prazo em fatiozim para todo sempre desta maneira que ele Antonio Gill em sua vida sera obrigado a dizer huã misa cada somana pola alma da dita defunta Maria Alvres e de seu marido que he ho encarguo da dita orta e depois da sua morte as pessoas que depois ele vierem se forem cleriguos seram obrigados a dita misa cada somana a bem diso daram mais cada hum anno dozentos rs a esta mia e sendo leiguo pagaram somente cada hum anno mil rs em dinheiro aos ditos Irmãos que entam forem da dita casa para mandarem comprir o dito encarguo e porem a dita orta e prazo supra andara com huã pessoa e nam se podera repartir .S. o mais chegado erdeiro e nam o havendo huã pessoa que o direito anomear como mais largamente se contem no prazo que diso lhe mandaram fazer e por todos serem contentes do asima aseito asynaram aquy todos e o dito abade dia mes era acima dita Bastiam Machado escrivam da dita confraria o fiz por mandado do dito provedor e Irmãos"[10].

Depois de posto em pregão o prazo "fatiozim" foi entregue ao Abade António Gil por ter oferecido o melhor lance e também por ter feito muita despesa com a construção de benfeitorias na propriedade e de sempre ter servido bem esta Santa Casa. Admitia ainda a possibilidade de vir a fazer mais melhorias, contribuindo para o "*…nobrecimento desta vila e Igreja por se fazer rua de tras dela…*". As condições deste novo prazo eram as mesmas do anterior, quer o valor da pensão, quer as obrigações adicionais que o Abade havia assumido por toda a sua vida. Por morte de António Gil a horta e suas benfeitorias passariam aos seus descendentes ou herdeiros mais próximos, de modo que "*…a dita orta e prazo supra andara com huã pessoa e nam se podera repartir…*".

Aquando do casamento de sua filha Isabel Gil, o Abade entregou, como dote, o prazo desta horta a Pero Fernandes da Rua, seu genro. A Santa Casa fez-lhes novo prazo em 23 de Julho de 1567:

"Saibam quantos este estromento d'obrigasam e retificasam de prazo virem que

[8] AHSCMVC -Livro 1.º dos Registos, folhas 67 a 68v.º.

[9] Contrato de emprazamento, aforamento ou enfiteuse, quando o proprietário de qualquer prédio transfere o seu domínio útil para outra pessoa, obrigando-se esta a pagar-lhe, anualmente, certa pensão determinada, a que se chama foro ou cânon – Dicionário de História de Portugal, Direcção de Joel Serrão.

[10] AHSCMVC – Livro 1.º dos Registos, folhas 78 a 79.

no ano do nacimento de nosso snõr Jhus Xpõ de mill quinhentos sesenta he sete annos a vinte tres dias do mes de Julho em Villa de Conde na salla das casas de nosa snrã da Mya estando hy na mesa Joam Miz Gaio provedor e Baltazar Piz esprivam Joam de Chaves e Antonio Afonso Carneiro Joam Gomes e Fernam Piz Martim Gonçalvez e Joam Cardozo Irmãos da dita casa por elles foi dito que hos provedores he Irmãos que foram na dita casa deram por titolo de prazo fatiozim pra sempre ao abade Antonio Gil (…) capellão que foi da dita casa (…) huã orta que esta no valle das ortas atras da Igreja de Sam Joam desta Vylla que foi deixada a esta casa da mya por Maria Allvrez molher de Joam Gonçalvez defuntos com encargo e obrigasão de capella perpetuamente para sempre de huã misa cada somana que se diz e ade dizer na dita casa e o encargo e obrigasam da administrasam he do provedor e Irmãos da dita casa conforme ao testamento e vontade deles defuntos e o dito Antonio Gil fizera na dita orta huãs boas casas e asi dera a dita orta em sua vida a Pero Fernandez da Rua morador nesta vylla que estava prezente semdo em sacramento por casar com sua filha Isabel Gil com encarguo e obrigasão da dita capellla que ora a dizia (…) o dito Antonio Gil abade (…) e comsentiam em o dito Antonio Gil abade o dar como dote ao dito seu genro he filha pello que hem seu nome e dos provedores e Irmãos que pello tempo forem na dita casa ficaram lhe gardarem juntamente ho dito prazo com tanto que helle Pero Fernandes e sua mulher e seus herdeiros e pessoas que no dito prazo socederem paguem cada anno para se dizerem as misas desta capella o estupendio ao capellão que has diga aquillo em que elle Pero Fernandez se comsertar com os capellães diguo com os ditos capelães pellos tempos que hesta em custume e os provedores e Irmãos que forem escolherem para camtar esta capella os capellães que lhes bem parecer e o dito Pero Fernandez e sua mulher e herdeiros lhes pagaram (…) as ditas casas e orta sempre em todo o tempo estarão obrigadas a dita capella e com este encargo e obrigasam pasaram sempre as pessoas que neste prazo sucederem e nam faram dele cousa alguã sem expreso consemtimento dos provedores e Irmãos (…) e o dito Pero Fernandez que hasi estava prezente juntamente com a dita sua mulher Isabel Gil que tambem prezente hestava aceitaram esta escriptura em seu nome e de seus filhos e herdeiros com o encargo e obrigasam …"[11].

Deste casal resultou um filho de nome António que, ficando órfão de pai, sucedeu no prazo da horta. Com esta sucessão pretendiam o Provedor e Irmãos da Misericórdia alterar o valor do foro ou pensão para dois mil réis anuais. A proposta não foi aceite por Manuel da Rua, tutor do órfão António, que se recusou a pagar mais do que os mil e duzentos réis do prazo feito a António Gil. Assim, em 19 de Julho de 1589, fez petição, em nome do dito António, ao Juiz dos Órfãos, referindo: "*… que antre outros mais bens que lhe couberam em legitima e que lhe pertemcião erão huãs cassas e huã horta que estavam na dita villa de comde de tras da Igreja que hera prazo fatiozim do qual se pagava de foro em cada hum anno ha mia (Misericórdia) da dita villa hum mill e duzentos res como constava do prazo que apresentava e porque viera ora ha sua notticia que o dito provedor e Irmãos mandarão penhorar ao caseiro que estava nas ditas casas e horta para dous mill res e não queria aceitar os ditos mill e duzentos res que o horfão (…) hera obrigado// pedia ao dito juiz mandase passar precatoria para os juizes ordinarios não corresem com a ditta execução (…) e porque elle queria depositar os mill e duzentos res que devia do dito ano…"*[12].

No mesmo documento o procurador da Santa Casa da Misericórdia apresentou a sua defesa nesta causa, alegando que: "*… provarião que Maria Allvres e João Gonçalvez defuntos havia muitos annos, e moradores que forão na dita villa deixaram huã horta ha casa da mia para que todo o rendimento della se disese cada somana huã misa por suas almas e os provedores e Irmãos da dita casa ficasem perpetuos administradores e elles ho herão sem interesse allgum da dita casa mais que darem ha execução a vontade dos instituidores e que as missas se digam e que o dito abbade Antonio Gil avo do dito horfão Antonio emprazara a ditta orta e por hobrigaçã de dizer as missas da capella como se via do prazo que apresentava e os leigos que sobcedesem avião de pagar diguo e os cllerigos que sobcedesem avião de pagar mill res para a capella (…) avião de dar mais duzentos res desmolla para ha casa…"*.

Alegavam ainda que no prazo feito a seus pais ficara acordado que estes pagariam ao capelão aquilo que fosse costume à época. Ora, como o prazo havia sido feito há muitos anos, agora o pagamento ao capelão oficiante das missas era de dois mil réis. No seu entender, esta não era uma quantia desmedida pois as casas da horta rendiam agora cerca de seis mil réis de renda, cada ano, ficando ainda os sucessores com quatro mil réis para si. Argumentavam, que quem estava por detrás desta demanda era Isabel Gil, uma que vez que seu filho António estava "*… absente avia muitos annos e dezião (…) estar ametido em rellegião de framdes (Região de Flandres) no reino de castella…"*. Assim sendo, pedia o procurador que "*… o dito juiz jullgase o horfão aver de pagar a esmolla da capella que hordinariamente se pagava que herão dous mill res e se aver de comprir o comtrato feito por seus predecessores e ser o tutor fazer mão de manda induzido por hordem e comtemplação de Isabel Gil mãe do dito horfão que comia os rendimentos da casa e horta …"*.

Apresentados os argumentos e provas de ambas as partes o Juiz dos Órfãos "*… pronunciou e julgou não ser obrigado o absente Antonio pagar mais que hum mil e duzentos res de foro conforme ao prazo feito a seu avo Antonio Gil de quem elle o adquerira e não lhe poder prejudicar a escritura que seu pai e mai fizerão segundo desposisão direito maiormente não se provando que ho embargante erdase fazemda alguã do dito Pero Fernandez seu pai e fossem as custar pagar com a mia…"*. Continuava a pensão no valor de mil e duzentos réis sendo a Misericórdia condenada também a pagar as custas do processo judicial.

No Livro 1.º dos Registos desta Santa Casa, a folhas 132, há um documento referente a esta querela entre a Misericórdia e os herdeiros de António Gil:

"*A trinta dias do mes de Dezembro de 1590 estando em mesa os Irmãos desta casa da Mia abaixo assinados .S. o Ldo. Gaspar Gonçalvez escrivão Alvaro Folgueira Marcos Folgueira Francisco de Faria de Sá, Jeronimo de Faria de Figueiredo Bras Diaz Manuel Gomez Pero Afonso Antonio Piz e Francisco Alvarez, pareceo presente Francisco Doronha Rector de portusalvos e appresentou em meza huã sintença dada na Casa e Relaçãm da Cidade do porto polos Doutores João Luiz Afonso e Matheus Mascarenhas pela qual ouverão e julgaram, que os succesores do abbade Antonio Gil não pagassem de foro da orta que ficou de Maria Alvrez e João Gonçalvez mais que mil e duzentos rs cada anno, e lhe pagasse esta casa da Mia as custas de ambas as Instancias e vista por nos a dita sintença, mandamos se fisesse este termo de declaração, e vindo a esta terra provedor da Comarca lhe fizessemos a saber deste caso e mandasse assentar no Livro de sua provedoria esta obrigação… e instituição que os ditos joam Gonçalvez e Maria Alvarez sua mulher deixaram applicando a esta obrigação a orta que foy emprazada ao dito Abbade Antonio Gil e per sua morte ficou a hum orfam seu neto com que esta casa trouxe demanda, E que esta Casa não entenda mais na administração da capella, pois não resulta disso proveito algum antes trabalho e gastos com perdas e deminuimento das esmollas dos pobres, e assi assinaram, o Ldo. Gaspar Gonçalvez (…) E*

[11] AHSCMVC – Livro 1.º dos Registos, folhas 96 a 97v.º.
[12] AHSCMVC - Maço de Documentos pertencentes à Capela de João Gonçalves, piloto (s/cota).

quanto as custas que fezerem ouveram por bem os Irmãos que pois lhas forão feitas, per prol da alma dos Instituidores e não para proveito dos pobres nem da casa, o orfam Antonio se entregasse dellas polo estipendio que avia de gastar com o capelão, e que tanto que fosse entregue a contribuisão a esta casa o que se gastou na manda que importam mais de des mil e outocentos rs. E pagos, continuarão os sucessores da orta com a obrigação das missas que se enclução os mil e duzentos rs contheudos na sintença, o Ldo. Gaspar Gonçalvez escrevi."

Pelo documento se infere que um ano depois da sentença atrás referida, ainda a Santa Casa se recusava a pagar as custas do processo e adiantava a desistência da administração da Capela por esta não trazer "*…proveito algum antes trabalho e gastos com perdas e deminuimento das esmollas dos pobres…*". Tal não terá acontecido no imediato pois, no Livro 2.º dos Registos de 1610, a folha 1v.º, há a seguinte inscrição:

"*Tem esta Casa de obrigação huã missa cada somana a nossa snrã pella alma de Maria Alvrez (e de seu marido) que no anno de 1537 deixou a esta Casa a horta que esta detras da Igreja junto a de Afonso de Faria e porque depois fez a Casa prazo fatiozim na dita horta ao Abbade Antonio Gil e depois se concertou a casa com seus herdeiros, elles são obrigados pagarem a dita capella aos capellães que a diserem na mesa desta casa e lhes darão aquillo que o provedor e Irmãos concertarem com os ditos capellães porque pello dito provedor e Irmãos ão de ser escolhidos – consta do sobredito no livro dos registos velho a f. 75 e 78 e 96 e 233.*"

Mais tarde, no Livro das Capelas de 1629, na folha 4, há uma verba que atesta que a Misericórdia ainda recebia o foro desta horta:

"T*itulo da Capella de Maria Alvres e João Gonçalvez, tem de rendimento mil e dozentos rs que paga Isabel Gil pella (horta) de detras a Igreja com suas casas de que se paga ao capellão que diz as missas pellas almas dos ditos defuntos mil rs. Tinha esta orta huã missa cada semana pela alma de Maria Allvrez e de seu marido consta da verba do testamento no Livro antigo dos Registos fol. 233v.º*". Ao lado acrescentou-se posteriormente: "*Pagão os filhos de Gaspar Gonçalvez mil rs por prazo perpetuo de que se tira a sua parte pela administração e os dous cruzados se dizem em missas*". No mesmo livro, na folha 36, encontra-se outra entrada que, embora não sendo datada, se nota ser posterior: "*A capella de João Glz e sua mulher Maria Allvrez tem agora desaseis missas cada anno, e antiguamente dizia o Abbade Antonio Gill capella inteira a vintem de esmola, per cada missa. O rendimento não he mais que mil rs que pagam os herdeiros de Gaspar Glz, pela casa, e orta detras da Igreja Matriz, per prazo fateozim para sempre*".

Em 1628, Isabel Gil trespassou o direito do prazo para Gaspar Gonçalves e, quando foi acertar as suas contas com a Misericórdia, foram-lhe cobrados mais três mil réis pois, segundo os Irmãos que então serviam na Mesa Administrativa, desde a sentença, a dita enfiteuta tinha pago apenas mil réis de pensão cada ano. Entendiam eles que ela deveria pagar mil e duzentos réis cada ano. Daqui surgiu novo litígio e correspondência entre as partes, nas datas compreendidas entre 1630 e 1633:

"*Diz Isabel Gil viuva, molher que ficou de Pero Fernandez moradora nesta villa que della ouve hum filho de legitimo matrimonio por nome Antonio, o qual sucedeo em hum prazo, que a Caza da Santa Mizericordia desta villa fez a seu avo Antonio Gil fatheozim perpetuo, de huma horta cita na mesma villa detras da Igreja della, com declaração que elle diria certas missas de capella, e faria na dita horta huãs cazas, e que sendo cazo que per sua morte sucedesse algum seu herdeiro que fosse clerigo diria as ditas missas de capella, e daria mais de esmola a dita Caza duzentos rs como o dito seu avo fazia, e que sucedendo leigo daria cada hum anno mil rs somente para as ditas missas; assi lhe foi feito o dito prazo, e por quanto pello tempo em diante pretenderão o provedor e Irmãos dessa Caza se desse mais foro do acima limitado se tratou demanda em nome do dito Antonio (então auzente) filho da suplicante, e se julgou a elle pretencer o dito prazo pello adquirir por successão do dito seu avo, como todo se mostra largamente da sentença que com esta offerece, e por morte do dito seu filho ficou a suplicante succedendo no dito prazo, e desdo tempo que se deu a dita sentença pagou sempre de foro os ditos mil rs somente do que se lhe derão pagas te o anno de 1628, em que a suplicante trespassou o direito do dito prazo em Gaspar Gonçalves da dita villa, com authoridade do provedor, e Irmãos dessa Caza, em o qual anno pedirão e levarão a ella suplicante tres mil rs, que se dizia estava devendo das custas da dita sentença, pella qual se mostra aver em todo notavel erro, e ingano contra ella suplicante que he pobre, velha e tem muitas necessidades. Pede a V. Merce que avendo respeito ao que se allega, e consta da sentença que oferece sejão servidas mandar se considere o caso, e constando do sobredito se lhe tornem os ditos tres mil rs, que sem direito se lhe levou, e outro si que se achar estarse devendo a ella suplicante das custas della de ambas as instancias, para o que se quer louvar sendo necessario em pessoas que desinteressadamente vejão a dita sentença e fação contas e avendo erro ou ingano se desfaça*"[13].

A resposta a esta petição surge na mesma folha da carta acima transcrita com data de 6 de Janeiro de 1631, assinada pelo então provedor da Santa Casa, Francisco Rangel Barbosa. Nela ele solicita, antes de emitir qualquer outro despacho, que Isabel Gil apresente a prova do alegado consentimento da Misericórdia para a alheação do prazo para Gaspar Gonçalves. Esta mensagem suscitou em Isabel Gil a seguinte argumentação:

"*Respondendo ao despacho do snõr provedor diz a suplicante que o direito do prazo que se trata tem vendido a Gaspar Gonçalvez morador nesta villa, o qual ouve do provedor e Irmãos novo prazo, e delle cobra essa caza, cada hum anno o foro, e pensão porque lhe foi emprazado, e pois consta que a suplicante vendeo o direito que no prazo tinha ao dito Gaspar Gonçalvez e em esta caza lhe fizerão novo prazo, e delle se cobra a pensão, bem claro se mostra que a misericordia ficou dando consentimento e authoridade da dita venda, e dado caso o não ouvera em se fazer novo prazo ao comprador Gaspar Gonçalvez se ficou dando consentimento a alheação e que se o não ouvera ficava ainda tendo o dominio util da propriedade, pelo que Pede a V. merce defirão ao que allega em sua petição*".

Perante esta alegação contra-argumentou o dito provedor dizendo o seguinte:

"*Não tem satisfeito a suplicante por tanto não diferem ao que pede em mesa do despacho da Caza da Sancta Mia de Vila de Conde 18 de Maio de 1631 anos*".

Para resolução deste impasse viu-se a Misericórdia forçada a pedir aconselhamento legal a "Senhores letrados", colocando-lhes a seguinte questão: "*Perguntasse se se pode levar em direito divino e romano a esta pessoa e a todos os mais que nelle suceder sendo leigos mais que aquillo que o prazo diz e se tem os irmãos da dita casa da mia obrigação tornar todo o dinheiro que assy levarão por esta rezão e de pagarem mais as custas que nunca pagarão se não da descompensassão que elles fizeram dellas nos annos des que a dita sentença se deu que senão avia pago mais que mil rs por anno e elles dizerem avia de ser a mil e dozentos rs que se diga por escrito o que ha neste cazo porquanto querem estar humas e outras partes pello que os senhores letrados dicerem*"[14].

A primeira resposta a esta questão é assinada pelo licenciado Marcos Dinis: "*Vis-*

[13] AHSCMVC - Maço de Documentos pertencentes à Capela de João Gonçalves, piloto (s/cota e s/data).
[14] Idem

tos estes papeis e a forma do prazo e sentença de pareser que a Santa Misericordia não pode levar maior foro que mil rs cada anno posto que a sentença diga (…) hum mil e duzentos rs na forma do prazo (…) pello que me parese que o foro e pensão se deve pagar conforme o prazo a resam de mil rs cada anno. E não a mil e dozentos rs, não mais pode levar a Santa Misericordia…".

O licenciado António Machado Vilas Boas oferece também o seu parecer, defendendo que: *"Pareceme, vista a sentença, e o prazo feito a Antonio Gil, que posto que o sucessor, e possuidor da horta, e cazas contheudas no dito prazo seja leigo, se hão de paguar os mil e dosentos rs do foro aos irmãos da sancta Mia…".* No entanto, apesar desta primeira afirmação, termina dizendo o seguinte: *"… parece que sobre os dosentos rs que se havião de dar a Sancta Mia (…) no caso em que (…) o possuidor fosse leigo, não fez menção mais que disse dizerem digo, de ordenar sobre a esmolla das missas e assi virtualmente em hum, e outro caso se entendia, darem se sempre à Sancta Mia os dosentos rs, e não sendo assi parece, que ficavão os sacerdotes de peyor condição (…) Pelo que me parece que posto que o possuidor seja leigo deve paguar os mil e dosentos rs na forma da sentença, e por ser assi conforme à boa razão em especial sendo esmolla para a Sancta Mia, e que se distribuem em pobres, e boas obras. Villa de Conde em Outubro 28, 1632".* Assim, sustentava que mesmo que a sentença não fosse clara o bastante, moralmente deveria haver a obrigação de se entregar a esmola de duzentos réis à Misericórdia, para que a distribuísse pelos pobres e boas obras.

A controvérsia continua com o parecer de Sebastião Luís da Costa que concorda com o primeiro de Marcos Dinis, pronunciando-se da seguinte forma: *"Consta claramente deste prazo ser feito na forma seguinte: sendo clerigo o que nelle succeder dirá as missas e juntamente dará mais dozentos rs de esmolla, e succedendo leigo dará somente mil rs, por onde conformadamente com o parecer do lLdo Marcos Dinis digo que o leigo que hoje actualmente possue o dito prazo não tem obrigação de dar mais que os ditos mil rs (…) não se lhe pode levar mais".*

O licenciado Bartolomeu Gomes profere o último parecer: *"Ainda que a sentença do juiz confirmada nesta Relaçãm diga estas palavras julgo não ser obrigado o absente Antonio pagar mais que hum mil e duzentos rs de foro conforme ao prazo feito a seu avo Antonio Gil. Contudo me parece que na dita palavra da sentença ouve erro crasso, e que sendo o dito absente possuidor leigo não está obrigado a pagar mais que os mil rs na forma do prazo, pois a elle se refere a sentença e a dita palavra foi erro de pena que não alterou a substancia da causa nem podia revogar o prazo, e pois o confirmou e tenho por sem duvida a questão, e isto me parece salvo melhor judicio. Porto e de Janeiro 3 de 1633".*

Apesar de nem todos concordarem na apreciação da sentença proferida pelo Juiz dos Órfãos em 1589, certo é que todos os recibos de pagamento do foro, antes e depois do citado litígio, apresentam apenas o pagamento de mil réis anuais. É o caso da verba que se apresenta no *"Livro do Recibo das pensões dos cazeiros desta Santa Caza desde o ano de 1666 ate o de 1694"*, a folhas 58v.º, do teor seguinte: *"O Ldo. João da Costa de Almeida, pela casa, e orta atras da Igreja matriz capela de João Gonçalvez e Maria Alvrez sua mulher para cada ano mil rs de foro"*.

Na margem esquerda desta inscrição acrescentou-se, posteriormente, um comentário: *"Tem prazo foeozinho feito por bons serviços a Abade Antonio Gil de Portusalvos que se obrigou a dizer huã missa cada semana a vintem por defuntos donos desta orta, Tebeliam Manuel Ruiz ano de 1543 este de prazo de vidas e do fatiozinho Gaspar Nunes tabeliam nesta vila em 23 de Julho de 1567 anos"*.
Na margem direita há a seguinte observação: *"Gaspar Gonçalvez comprou esta propriedade e se formou prazo he necessario que o mostre para se citar ou trasladar para cartorio. O Abade Antonio Gil emprazou esta orta pera nella se fazer cazas, as quaes senão podem desfazer, sem licença desta Sancta Caza. Alias, não vale o prazo e perdoe Deus aos Irmãos que emprazaram a orta que da 3.ª vida de aluguel em mil rs, sendo fazenda, que não necessita acertos se o abade Padre servia de capellão de graça milhor rendimento havia então para lhe pagar e não são bens de raiz em prejuizo de defuntos"*. Por esta verba se depreende que o prazo concertado com o abade António Gil trouxe mais prejuízo que benefício para a Misericórdia. Esse prejuízo foi ainda mais agravado devido às acções judiciais que travou com Isabel Gil, filha do Abade, que não terminaram com a venda do direito do prazo a Gaspar Gonçalves. De facto, o prejuízo desta capela foi discutido também noutros registos do Arquivo, nomeadamente no Livro das Capelas de 1629, a folhas 57, com a seguinte referência: *" Obrigaçois que tem esta Caza (…) dezasseis missas cada anno pella alma de João Gonçalves Pilloto e de sua mulher Maria Alvres a que se reduzio a Capella de huma missa cada somana por não ter o rendimento mais que des tostois ha de ser missa de Nossa Snrã pela alma do dito."*

Compendiando as informações atrás, podemos aferir que o titular original do prazo foi o abade António Gil que o passou, como dote de casamento, a seu genro Pero Fernandes da Rua e Isabel Gil, sua mulher. Por morte deste ficou como herdeiro António, seu filho, que tendo estado ausente muitos anos por terras de Castela, acabou por lá falecer deixando como única herdeira sua mãe, Isabel Gil. Por volta de 1628 esta alheou o direito ao prazo em favor de Gaspar Gonçalves que mais tarde o terá passado, como acima dito, ao licenciado João da Costa de Almeida. No *"Livro do Recibo das pensões dos cazeiros desta Santa Caza de 1695"*, a folhas 242, há referência a um Manuel da Costa e Almeida, casado com Francisca Ribeiro, como titular do prazo da horta. No livro anterior a este, que registava as pensões e caseiros de 1666 a 1694, lê-se uma nota de 4 de Fevereiro de 1711 que mostra a sucessão deste prazo para Frutuoso da Costa de Almeida: *"A orta detras o Adro com huã caza velha que hoje possue Frutuozo da Costa de Arcos e sua mulher que do nascente parte com o quintal e cazas do Rdo. Prior Luis da Silva e do Poente com o lameiro que vai para o Ribeirinho pegado na mesma caza e do Norte com orta de Thomas da Silva Freire mercador e de sua mulher Antonia Ferreira e do Sul com o mesmo Ribeirinho"*. É também este o nome que surge como caseiro na descrição desta propriedade inserta no Tombo I desta Santa Casa, a folhas 123: *"Título da casa e horta que detrás no adro da Igreja Matriz desta Vila do Conde possui Frutuoso da Costa de Almeida assistente na freguesia de Arcos pertenças da capela de João Gonçalves de que paga mil réis em dinheiro. Anno do nascimento de nosso Senhor Jezus Christo de mil settecentos e doze annos aos dezasseis dias do mes de Abril (…) Umas casas sobradadas e velhas que antigamente foi estúdio e hoje estão meias arruinadas sem madeiras nem telha que possui Frutuoso da Costa de Arcos e um campo junto a elas que alguns anos serve de lameiro e horta cercado por paredes ao redor que tem de comprido de Norte a Sul quarenta e tres varas partindo pelo Nascente com hortas de Luis Pereira desta Villa e do Reverendo Prior Luis da Silva e pello Norte tem quarenta varas entestando com hortas de Thomas da Silva Freire foreiras a Nossa Senhora do Rosario desta villa e pello Poente tem vinte e quatro varas e meya medidas pello caminho que vay por detras do Adro da Igreja Matriz desta villa com quem parte e pello Sul tem quarenta e huma varas e meya tambem medidas por fora em arco assim como vay o caminho e parede partindo com o caminho que vay do Ribeyrinho que vay pera a Igreja matriz levara de semeadura dois alqueires e meio de centeio. E por esta maneyra disserão elles medidores que havião por feyta e*

acabada a medição das dittas cazas e horta por vara de sinco palmos…".

O "*Livro das pensões e caseiros, 1755*" faz uma descrição de todos os bens de raiz das Capelas desta Santa Casa, bem como o registo do nome do titular do foro e respectivo comprovativo do pagamento anual da pensão. Porém, não há referência alguma às casas e horta da Capela de João Gonçalves e sua mulher Maria Alvares. Poder-se-ia pensar que finalmente havia sido comprida a vontade expressa pela Mesa Administrativa de 1590 em deixar a administração desta Capela por não haver nisso qualquer proveito para a Casa. Contudo, em escritura inserta no maço de documentos desta Capela, celebrada entre o Dr. José Inácio da Silva Lobo e a Misericórdia, a 1 de Janeiro de 1777, ficam dissipadas as dúvidas e provado o interesse desta Santa Casa na propriedade da Capela. Nesta escritura, o referido Dr. José Inácio da Silva Lobo pede para que a Mesa Administrativa o aceite como fiador de Lourenço de Sousa Campos que "*… para averse de se ordenar queria entre outras propriedades constituir seu patrimonio em hum lameiro, ou prado cito atras do Adro desta villa…*". Perante o pedido deliberou a Mesa "*… aceitar ao Senhor Doutor José Ignacio da Silva Lobo desta villa, por fiador da pensão de hum Prazo no sitio do Adro desta mesma Villa de que hé infitheuta Lourenso de Souza Campos da dita villa, que o houve por titullo de Doasão que lhe fes José Antonio da Costa e Almeida e sua mulher Donna Josefa Antonia do Lugar de Fam, cujo prazo hé foreiro a esta Santa Caza com mil reis…*".

Assim se entende que o prazo terá passado de Frutuoso da Costa de Almeida para o acima referido José António da Costa e Almeida, morador na freguesia de Fão, que posteriormente fez doação a Lourenço de Sousa Campos. Este foi aceite como irmão da Misericórdia em 8 de Março de 1778 e, por acórdão dos Irmãos Mesa de 26 de Agosto de 1781, tomou posse como Sacristão da Casa.

A partir daqui perde-se o rastro desta Capela e não há sequer registo do pagamento dos mil réis de pensão, nem nos livros de pensões e caseiros, nem nos livros dos capitais da Santa Casa. Presumivelmente, porque o Reverendo Lourenço de Sousa Campos, possuidor do prazo, era clérigo e logo não estava obrigado ao pagamento dos mil réis de pensão mas apenas dos duzentos réis de esmola.

Importa realçar, neste caso, a riqueza da documentação do Arquivo Histórico desta Santa Casa cuja transcrição e divulgação contribuem para um maior conhecimento da nossa História Local.

Liliana Silva Aires

VILA DO CONDE NO SÉCULO XVII

Lançamento editorial
no Anfiteatro da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde
20 de Outubro de 2012

O título da obra em epígrafe sumariza o tratamento historiográfico de um assunto relevante, qual é Vila do Conde no século de Seiscentos, também aqui, como no Portugal e na Europa do tempo, uma época trágica (na douta opinião de José António Maravall). Tempo de crise, assim o denominamos imediatamente, por haver sido uma centúria dramática de guerra, fome, peste, razia, mortandade, recessão económica, penúria e tensões sociais.

Porque é, na sua estrutura original (que se mantém, apesar de alguns melhoramentos de superfície), uma tese de Licenciatura, texto de dissertação apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, logo merece em sua organização bem feita a referência positiva às instruções de Umberto Eco para a redação do trabalho – a repartição dos conteúdos, a menção das fontes e bibliografia, o desenvolvimento da pesquisa pessoal (que não tem recurso a tarefeiros, nem aceita a tentação do plágio). Além de, umas dezenas de anos volvidos, não só manter a plena actualidade do tema, mas também vir preencher uma lacuna em nossa História local.

A reconstituição da época (o tempo da sua inteligibilidade) e o modo em que estão arrumadas as partes integrantes da obra escrita, aparecem previamente a quaisquer considerações como o acesso melhor ao conhecimento de *Vila do Conde no século XVII*, da autoria do Dr. António Augusto Gomes Amorim.

Apresentar o Autor – nosso colega na docência e na historiografia, é tarefa simples. Figura pública da nossa Cidade, o Dr. António Amorim é Director da Revista "Santa Casa"(prestigiosa publicação periódica desta Instituição que nos acolhe em seu belo anfiteatro), tem na sua bibliografia produções relevantes, como a Monografia da *Associação Comercial de Vila do Conde* (juntamente com o Dr. Firmino Couto), o estudo sobre o *Associativismo Agrícola em Vila do Conde,* o opúsculo notável que é *O Município de Vila do Conde dentro da evolução dos Municípios Portugueses* (que inclui em Apêndice, no volume hoje editado), e diversa colaboração na Imprensa. Tarefa menos simples, porque exigente de

Dr. António Amorim, Sr. Joaquim Brites e Dr. António Carmo Reis (da esquerda para a direita)

Capa do Livro "Vila do Conde no Séc. XVII"

observação criteriosa, será a apresentação da Obra presente, que nos propomos fazer, esperando seja condigna.

A análise científica que o Dr. António Amorim realiza, ao debruçar-se sobre Vila do Conde de Seiscentos, começa por motivar a atenção da leitura no próprio Índice do livro que imediatamente nos abre à compreensão de um tempo difícil de adversidades, contrastes e decadência. E o trabalho desenvolve-se pela sequência dos assuntos em capítulos principais – Administração, Economia, Finanças.

A síntese que faremos dará realce aos aspectos relevantes. O primeiro – Administração de Vila do Conde que, então, era de termo territorialmente exíguo, longe da ampla dimensão concelhia que, no século XIX, haveria de ganhar. O seu Governo era de modelo alternante, entre a forma de Juízes ordinários, por eleição, e a de Juiz de fora, por nomeação. A eles se juntavam outros oficiais, vereadores e procurador. Na articulação do Poder local com o Poder central e outras instâncias superiores, actuavam ainda o corregedor, o provedor e o ouvidor, em posição de fiscalização e vigilância. No desempenho quotidiano de várias outras competências eram múltiplos os magistrados dependentes. Terá sido certamente o reflexo mais flagrante do tempo de crise a flexibilidade, o desequilíbrio e a indefinição de funções na gestão do Município. O segundo aspecto – a Economia, é o retrato da situação agrícola, onde a carência cerealífera, o escasseamento de vinho, azeite e carne aparecem como sinais de angústia. E, numa terra litoral que tanto progresso conseguira na Expansão Oceânica de Quatrocentos e Quinhentos, vem a agora a retração que afeta o comércio e a navegação. Vai o destaque para a mercancia do sal, pescarias do mar e do rio, movimento do porto e pirataria. Pelo meio da crise, vem a aspiração da construção de uma ponte sobre o Ave. É neste capítulo que o Autor apresenta dados importantes para discordar de Jaime Cortesão que afirmava ter havido prosperidade em toda a costa portuguesa a Norte do Douro. No domínio económico, ressalta o feixe de bloqueios que impedem ou dificultam o progresso de Vila do Conde. O terceiro aspecto – as Finanças Municipais, é a descrição especializada de receitas ordinárias e extraordinárias, a contribuição para despesas nacionais, nomeadamente as do Império Ultramarino, durante a Dinastia Filipina, e as da Guerra da Restauração, impostos da Coroa que mostram a dureza da conjuntura.

Devemos exarar algumas notas, em jeito de conclusão – sublinhando a clareza do discurso, que nos remete para o espírito cartesiano que caracterizou o melhor do pensamento desta época europeia; o acompanhamento do texto com os documentos que o fundamentam; a probidade do historiador, que é consciência da termatologia de um tratado científico, sempre suscetível de futuros aperfeiçoamentos; e ainda o registo de labor pioneiro, como timbre uma tese de Licenciatura que, há muito tempo, deu privilégio à História económica para a compreensão global de uma época. Assim o entendam as novas gerações da atualidade e sigam o exemplo desta investigação para melhor e mais profundo conhecimento da História de Vila do Conde.

A apresentação que foi de nosso honroso encargo, teria ainda duas palavras mais: uma – a saudação à Tipografia do Ave, na pessoa do empresário senhor Joaquim Brites, pelo lançamento desta orbra cuja temática excelente se compagina visivelmente com o esmerado arranjo gráfico e primoroso acabamento; outra – a saudação de parabéns ao Dr. António Augusto Amorim pela obra distinta que engrandece a Cultura de Vila do Conde.

A parte principal da sessão coube ao Dr. António Amorim que historiou o processo de realização da sua Tese, lembrou cir-

cunstâncias e pessoas que o acompanharam, particularmente na fase de pesquisa no Arquivo Municipal de Vila do Conde, e fez, de um modo acessível e agradável, a exposição dos passos mais importantes do seu trabalho académico e da metodologia científica que adoptou.

Procedeu ao encerramento o senhor Joaquim Brites, que presidiu à mesa, formulando agradecimentos ao senhor Provedor, Eng. Arlindo Maia, pela cedência do magnífico auditório, ao Apresentador, ao Autor, Dr. António Augusto Amorim, e à numerosa Assistência que ouviu interessadamente as intervenções da cerimónia do lançamento editorial.

A.do Carmo Reis

Momento da Sessão de Autógrafos

Intervenientes na edição e lançamento do livro Dr. António Amorim, Sr. Joaquim Brites, Dr. António Carmo Reis e D.ª Esmeralda Brites (da esquerda para a direita)

Distribuição dos livros

Atividades dos Equipamentos Sociais

Lar de Terceira Idade

Celebração Eucarística da Páscoa

PÁSCOA – 04 DE ABRIL

Este ano a nossa celebração pascal, como vem sendo habitual, contou com a participação de todos os nossos utentes na sua dinamização, tal como com os representantes da nossa Instituição e com os convidados que assumem relevância para esta. Assim sendo, voltámos este ano a renovar e rejubilar os votos da ressurreição de Jesus Cristo.

Convívio do Dia da Família

DIA DA FAMÍLIA – 19 DE MAIO

"A família é o único bem precioso que temos na vida e por isso deve estar sempre em primeiro lugar". Desta forma, como vem acontecendo nestes últimos anos, esta é uma das principais celebrações neste Lar de Terceira Idade. Este ano, fizemos um jogo em que participaram familiares e amigos dos nossos utentes. Como não há festa sem brinde, presenteámos todos os convidados com um lanche convívio.

ANIVERSÁRIO DO NOSSO CENTRO A 2 DE JUNHO

Lá diz o velho ditado "Grão a grão enche a galinha o papo". Há 23 anos atrás, um grupo de crianças, jovens, adultos e idosos juntou esforços e contribuiu para a construção desta obra. Este ano, de forma a reunir e agradecer a todos aqueles que contribuíram para esta Obra organizámos uma celebração eucarística na Igreja da Misericórdia. Esta foi dinamizada em conjunto com a Administração desta Instituição. Foram vários os membros dos órgãos sociais, utentes, beneméritos, funcionários e amigos que participaram neste evento. O grupo coral da celebração eucarística composto por funcionárias do Lar ficou sob a regência da Sra. D.ª Mary Castro Maia. De seguida, foi servido um lanche para todos os convidados, que foram presenteados com a atuação do nosso grupo de musicoterapia.

À Administração um muito obrigado pelo apoio e orientação do evento, bem como por todos os recursos que nos disponibilizaram para o mesmo.

À Sra. D.ª Mary Castro Maia e à Sra

Professora Margarida um especial agradecimento pelo cuidado e motivação com que dinamizaram o grupo coral.

Aos nossos funcionários que participaram direta e indiretamente na organização do evento o nosso muito obrigado.

PASSEIOS REALIZADOS AO LONGO DESTE PERÍODO

Foram muitos e diversos os passeios realizados ao longo deste período. Como uma imagem vale mais do que mil palavras, aqui vão as imagens…

Passeios diversos

82º ANIVERSÁRIO DO SR. PROVEDOR – 9 DE SETEMBRO

Este ano resolvemos parabenizar o Sr Provedor com um bolo representativo da sua idade. Foram muitos os utentes, funcionários e familiares que se reuniram para mais uma vez homenagear este grande senhor que representa a nossa Instituição, aproveitando para lhe desejar feliz aniversário e agradecer-lhe a Grande Obra que tem desenvolvido em prol dos mais desfavorecidos.

Aniversário do Sr. Provedor

Houve familiares dos utentes que fizeram questão de estarem presentes

Lanche Convívio

Centro de Apoio e Reabilitação para Pessoas com Deficiência

Abril, mês de Primavera, foi um mês repleto de atividades, carinho, boa-disposição e companheirismo. A corrida de cavalos durante a Festa de Santa Isabelinha, a visita à Norprint – Casa do Livro, por ocasião do Dia do Livro, o Concurso de Dança na Escola Frei João de Vila do Conde, a assistência aos jogos do Rio Ave, e o Campeonato Regional de Ténis de Mesa, foram algumas das atividades que enriqueceram o nosso Centro durante o mês de Abril.

Visita à Norprint

Mas a grande festa deste mês foi a Festa da Páscoa no nosso Centro: foi um dia muito vivido, que nos invadiu pela bondade de Jesus Cristo. A via-sacra ao vivo foi o ponto alto do dia, este ano com o tema "Se quiseres ser perfeito ama como Jesus nos amou!". Em cada estação, fomos fazendo um paralelismo entre o caminho de Jesus, com o caminho dos nossos Utentes. Em cada estação, um utente diferente representava Jesus e os textos ajudavam-nos a refletir no modo como cuidamos deles, no modo como os olhamos. O desempenho, a entrega, e a alegria dos utentes foram, mais uma vez, uma motivação e um orgulho para todos nós. O ginásio estava a rebentar pelas costuras e todos saíram satisfeitos e emocionados.

Via Sacra ao vivo

Maio, mês de Maria e mais um mês cheio de surpresas e conquistas no Centro de Touguinha. Começámos o mês com o Dia da Mãe. Neste dia recebemos várias mães com uma flor elaborada por eles e com um lanche, onde foram notórios os afetos, sorrisos e muito amor.

Lanche convívio do Dia da Mãe

A Hipoterapia, o Campeonato Regional Adaptado de Ténis de Mesa, os Jogos Adaptados, em Fafe, a organização da VII Milha da Misericórdia de Vila do Conde, o Treino de Futebol no Rio Ave e o Campeonato de Portugal de Boccia, com um honroso 10º lugar, conseguido pelo utente Pedro

José, encerraram o mês da melhor maneira. No mesmo mês, subimos ao palco do cineteatro de Vila do Conde, para o espetáculo "Um Outro Olhar" e, mais uma vez, os nossos utentes brilharam e apaixonaram todos quantos os viram representar com a peça original "Juntos Seremos um Mundo Melhor", uma mensagem de esperança que invadiu de ternura os corações da assistência.

"Um Outro Olhar"

O Dia da Criança, Dia do Ambiente, a Visita dos Lions Club de Vila do Conde e a assinatura do Protocolo com a nossa casa, os jogos do Euro de Futebol, o Dia Olímpico com as fantásticas "Olimpíadas Touguilândia" muito disputadas, enriqueceram o mês de **Junho**. Os nossos utentes e colaboradores puseram a sua veia poética à prova e construíram algumas quadras de São João dignas de um carro alegórico.

Julho trouxe o calor e, com ele, novas atividades: visitámos a Escola Agrícola de Santo Tirso, entregámos tampinhas para aquisição de produtos de apoio, assistimos ao sarau de ginástica acrobática do Ginásio

Experiências de arrepiar

Vilacondense, recebemos ainda a visita dos Karatecas desse mesmo ginásio, fizemos os passeios do final da catequese e das turmas da Escola, estivemos na Quinta do Marachão, fomos apanhar batatas em ligação às tradições e ao mudo rural, visitámos a Feira de Artesanato de Vila do Conde e, em grande, celebrámos o Dia da Amizade! Foi um êxito, com a amizade e companheirismo reinantes.

Em dia de calor, todos a refrescar

Este mês, o nosso Centro completou 17 anos de êxito e conquistas: "17 anos a crescer em Família", e contámos com a honrosa presença do Sr. Provedor e de muitos familiares que se juntaram à comemoração e encheram de alegria os nossos corações. Foi um dia muito especial. O mês de Julho acabou mas os passeios prolongaram-se: A Casa de Agrelos, o Kartódromo de Viana do Castelo, a praia e o cinema no Bragaparque, foram alguns destinos do mês de Agosto.

Reviver a alegria da inauguração do centro

Acampamento

Apesar do calor que se fazia sentir, os nossos utentes não desistiram da peregrinação a Balasar, conduzidos pela fé e pelo amor.

Agosto foi, por um lado, o mês das artes, com a vinda dos palhaços ao Centro, com pinturas faciais, com concerto privado do cantor Rui T. Foi, também, o mês dos desportos, com torneios de ténis de mesa, de matraquilhos, com a já tradicional Volta a Portugal e com um passeio de charretes com cavalos e póneis.

Torneio de matraquilhos

Setembro é um dos meses mais felizes para os utentes, porque traz consigo a atividade do acampamento. Esta é uma atividade que tem grande adesão por todas as atividades que compreende: atividades desportivas, passeios, jogos, praia e piscina, são atividades que enchem de alegria os nossos utentes e que nos dão vontade de repetir e superar a cada ano. Este ano, além do acampamento, fomos ao Parque Aventura de Azurara, uma atividade que puxou pelo adrenalina e condição física de todos. As férias terminaram mas as atividades continuam, com o reinício da escola e da catequese, a entrega dos prémios da Volta a Portugal e o aniversário do Sr. Provedor que nos deu a honra de festejar connosco.

Aventuras Radicais

Outubro já se avizinhava e o Outono bateu à porta, levando os utentes às vindimas. A participação na III Feira Social foi, mais uma vez, um sucesso graças aos trabalhos conseguidos com o empenho e dedicação de todos. No Dia do Pão, os nossos utentes meteram à prova outra arte: a de padeiros. O Pingo Doce convidou, nós aceitámos e os utentes deliraram! Como não poderia deixar de ser, festejámos o Dia das Bruxas no nosso centro, um dia "assustador" mas com muitas risadas, com grande cumplicidade entre utentes e colaboradores, que

reflete o humanismo da nossa casa. A alegria espelhada nos olhos dos utentes é o combustível que precisamos para continuar a abraçar este projeto com a mesma garra.

Dia das Bruxas

Vitalino Sousa Figueiredo, Lda.
Fisioterapia
Consumíveis
VITALMÉDICA
EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR, LDA.
Assistência Técnica
A nossa missão tem sido trabalhar para merecer a preferência dos nossos Clientes. A nossa especialização nas diversas áreas médicas proporciona um melhor serviço a nível qualitativo, de forma flexível e eficiente. O cumprimento da nossa missão baseia-se na crescente relação com os nossos clientes.
VITAGNÓSIS
Equipamentos Médicos, Lda.
Medicina do Trabalho
Diagnóstico
Cardiologia
Medicina Desportiva
Ortopedia
Ginásios
VitalSénior
Geriatria
Cuidados Continuados
Creches
Desinfecção, higienização e limpeza
Vital Care
Med. Dentária
Podologia
Estética
Ginecologia
Piscina
Rua das Tulipas, 160-170 | 4510-679 Fânzeres | Telef.:224664880 Fax 22483220 | www.vitalino.pt

Casa da Criança

A 30 de abril, os finalistas dos 5 anos, decidiram realizar um passeio especial, como que em jeito de despedida e para mais tarde recordar com especial carinho. Visitaram a Quinta Pedagógica "O Moinho", em Braga. Aprenderam a fazer queijo fresco, deitaram-se na relva e em silêncio ouviram todos os sons que o campo nos dá e que na cidade não conseguimos ouvir. É tão bom parar um pouco a correria permanente das nossas vidas e apreciarmos o que a natureza tem de bom para nos oferecer! Foi possível observar todos os animais da quinta, conhecer a sua alimentação e os seus hábitos.

Visita à Quinta do Moinho

No dia 5 de abril, pela paixão que os cavalos proporcionam, visitamos a Quinta de Agrelos em Balazar e foi aí que nos proporcionaram uma oportunidade única de lidar de perto com estes animais fantásticos, alimentá-los com cenouras e para acabar em beleza, ainda montamos dois lindos exemplares, o Hebraico e o Napoleão. Foi um dia em cheio.

O cavalo Napoleão

Em setembro, no âmbito das atividades desenvolvidas pela Câmara Municipal de Vila do Conde anualmente, a Feira Rural é uma das que mais gostámos de ver. Estão presentes todos os animais da quinta, observamos o que comem, e como reagem quando interagimos com eles.

Visita à Feira Rural de Vila do Conde

Dia 9 de setembro, foi dia de aniversário do Provedor da Misericórdia e não podíamos deixar passar este dia sem mostrar ao Eng. Arlindo Maia o quanto agradecidos

estamos por tudo o que tem feito por nós e que continue por muitos mais anos a fazê-lo. É muito bom sabermos que existe quem nos queira bem e que está presente sempre que necessário.

Aniversário do Sr. Provedor

No dia 2 de outubro, foi a vez da Casa da Criança festejar o seu 12º aniversário. O lanche foi especial e é sempre bom recordarmos que muitos dos colaboradores que se encontram a desempenhar funções neste centro, já o fazem desde o dia em que este abriu as suas portas.

Aniversário da Casa da Criança

No dia 19 do mesmo mês, as nossas Educadoras decidiram fazer uma surpresa e uma peça de teatro sobre o Outono não podia vir em melhor ocasião. Vestiram-se a rigor, e proporcionaram um momento bem divertido. De uma forma lúdica e diferente, ficamos a saber mais sobre esta estação do ano.

Bem-vindos ao Outono!

Após alguns dias a recolher alimentos para cães e gatos, decidimos sermos nós próprios a efetuar a entrega no abrigo de animais abandonados " A Cerca". Esta é uma Associação particular sem fins lucrativos que luta pela defesa, proteção, abrigo e tratamento de animais desprotegidos e em situação de risco. O seu principal objetivo é conseguir novas famílias para os animais que alberga. Foi bom dar o nosso contributo

Presentes para os animais da "Cerca"

para os "nossos amiguinhos".

No dia 25, já que estávamos a falar do Outono, nada melhor que aprender a fazer um doce da época e foi aí que calçámos as luvas, aproximámo-nos da mesa e "mãos à obra". Um delicioso doce de abóbora que serviu para a nossa feira de Halloween e quem comeu, aprovou. Quando é feito com carinho, sabe bem melhor.

No mesmo dia, as crianças da sala dos 3 e 4 anos, assistiram à hora do conto na Biblioteca Municipal e a história contada foi "Branca de Neve e os 7 anões".

Contos na Biblioteca Municipal de Vila do Conde

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE

Medicina Dentária

Morada: Rua Rainha Dona Leonor, 61 r/c 4480-247 Vila do Conde Tel. 252 249 110/1/2 Fax. 252 249 116
Email imagiologia@scmvc.pt Site www.scmvc.pt

Atendimento Permanente - 24horas

500
1510-2010
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE
VILA DO CONDE
Rua Rainha Dona Leonor, 87 4480-247 Vila do Conde
Tel. 252 249 100 | Email. geral@scmvc.pt

Serviço de Enfermagem

Consultas de Clínica Geral

por 25€

Centro Social em Macieira

Um novo ano começou e com ele muitas novidades!

Preparámos as salas com novas decorações e recebemos os Encarregados de Educação, na reunião de início de ano lectivo, para lhes darmos a conhecer todas essas novidades e recordar o que é importante não esquecer.

Setembro

Em Setembro os meninos exploraram as novidades oferecidas pelas novas salas. Pouco depois celebrámos juntos, o aniversário do Sr.º Provedor, que nos agraciou com a sua presença.

No final do mês chegou o Outono e com ele

Aniversário do Sr. Provedor

as folhas secas que caem e se transformam em belos trabalhos.

Trabalhos de Outono

As folhas secas da época

Em colaboração com as famílias das crianças levámos a cabo o projeto "Espantalhos". Os participantes criaram um espantalho que depois embelezou o nosso jardim.

O nosso jardim repleto de espantalhos de todas as cores

Outubro

Não poderíamos ter começado o mês de melhor forma! Festejámos o dia da música, explorando instrumentos, conhecendo vários géneros musicais e construindo instrumentos musicais com técnicas de reciclagem.

Instrumentos musicais amigos do ambiente

A saúde é um bem muito precioso; para tal em muito contribui fazermos uma boa alimentação. Festejámos o dia da alimentação com diversas actividades, sendo uma delas orientada pela nutricionista da Instituição-Dr.ª Daniela.

Poema

Misturei banana
Morangos quivi
Laranja pêra
E maçã que vi.
Mnh, mnh, mnh
Mnh, mnh, mnh!

Manga cerejas
Pêssego também
Ananás abacate
Que pedi à mãe.
Mnh, mnh, mnh
Mnh, mnh, mnh!

A salada de fruta
Acabadinha de fazer
Depressa, depressa
Vai desaparecer.

Mnh, mnh, mnh
Mnh, mnh, mnh!

(Sala 4 anos)

Com a colaboração da comunidade, participámos nas vindimas, na quinta da D. Ana. Foi muito divertido!

Vindimadores de palmo e meio

Terminámos o mês com um grande susto! As bruxas, fantasmas, as aranhas, entre outros apareceram no centro e causaram um grande alvoroço. Os ânimos acalmaram-se e deram lugar a um animado bailarico.

Uuuuhhhhhhh!!!!

Pinturas abstratas

Durante estes 2 meses muitas aprendizagens tiveram lugar. Por entre tintas e pincéis criámos e demos largas á imaginação.

Algo que não poderíamos deixar esquecido são as visitas regulares à biblioteca de Vila do Conde, onde nos encantámos com os inúmeros livros e belos contos com que a D. Laurinda nos presenteia.

Centro Rainha Dona Leonor

Passeio aos Jardins Internacionais de Ponte de Lima

No passado dia 3 de Setembro, os utentes do Centro Rainha Dona Leonor foram visitar os Jardins Internacionais de Ponte de Lima, onde puderam desfrutar de uma bela tarde solarenga. Após a visita, resolvemos verificar junto de uma utente alguns pormenores que esta tarde lhe tenha suscitado. Segue então o testemunho da Dr. ª Maria Teresa Barrosa:

Gostou deste evento?

Gostei muito, foi mesmo a satisfação dum desejo. Efetivamente, logo que tive conhecimento deste festival, procurei informar-me sobre o programa, que apresentei à direção do centro, com indicação do tema, âmbito, horários e contactos.

Os jardins

Qual era o tema da exposição?

O tema deste 8º Festival foi Alimentação com "Jardins para Comer". Constituído por doze diferentes estruturas da autoria de outros tantos concorrentes, selecionados de entre 49 candidatos de todo o mundo. À entrada de cada jardim havia uma placa explicativa, em português e inglês, orientando e esclarecendo o visitante interessado, e referindo as plantas ali predominantes.

Considera estes jardins um interesse nacional?

O evento é designado " Festival internacional" e, com efeito, realiza-se em todos os continentes, em épocas diferentes ou simultaneamente, vários países, de acordo com o clima, suscitando grande interesse. Transcende, portanto, o âmbito nacional, colocando Portugal no calendário internacional destes eventos.

Utentes do Centro Rainha Dona Leonor em passeio

Quais foram as construções mais interessantes que viu?

De um modo geral, gostei de todos os doze jardins efémeros (mantidos de 25 de Maio a 31 de Outubro). Os que mais apreciei: Jardim radiante – ciclo da vida e da morte – incêndios florestais e renascimento da vida após a destruição pelas chamas.
Jardim de plástico – os objetos utilizados para comer fazem parte da composição escultórica, onde o conteúdo de uma enorme panela é servido em pratos e tigelas de plástico e comido com talheres do mesmo material.

A fábrica de paisagem – o Homem, engenhosamente, originou a indústria do seu sustento, a fábrica da sua alimentação. Percurso ao longo das diferentes fases da produção de massa, alimento escolhido para a alegoria.

A fachada – casa de chocolate(a lenda de Hansel e Gretel). A fachada divide "o que parece" – jardim de flores comestíveis – e "o que é" – caldeirão da bruxa má. A boa

alimentação dá energia e saúde.

Honey scape – estrutura em plástico, formando favos de mel.

O ninho – árvores de fruto e ervas aromáticas. No coração do jardim, um ninho grande de feixes entrelaçados.

Passeio à Cidade de Guimarães

Neste mesmo centro, no dia 28 de Junho, os utentes visitaram a Capital Europeia da Cultura, a cidade de Guimarães, onde puderam reviver a história da cidade intitulada de "Berço de Portugal". Para eternizar o momento resolvemos também nesta visita recolher o testemunho da Dr.ª Maria Amélia Rothes:

Descoberta histórica em Guimarães

Gostou do passeio à Capital Europeia da Cultura?

Visitar Guimarães é sempre interessante. É o berço da nossa nacionalidade com todos os testemunhos que dessa época nos oferece. Os seus jardins são magníficos e no centro histórico, muito bem recuperado, há recantos em que vale a pena parar e viver um pouco as nossas tradições. Este ano Capital Europeia da Cultura, oferece-nos aspetos ainda mais interessantes a nível da música e das artes.

Quais os locais visitados durante o passeio?

Começámos a nossa digressão pelo museu Alberto Sampaio, visitando a exposição "Angelorum, Mil anos de anjos em Portugal". A exposição proponha-se sintetizar as quatro grandes fases da representação dos anjos na Arte, ao longo da história. O Anjo justiceiro – período medieval, o Anjo humanista – período renascimento, o Anjo barroco – período luxo e decoração, o Anjo protetor – período contemporâneo. Podemos também admirar a tela gigante do pintor Mário Vitória, obra contemporânea, exposta na sala do capítulo.

Seguiu-se um pequeno passeio pelo centro histórico, pois a hora do almoço é sagrada e não foi possível ir mais longe, ficámo-nos pelo restaurante Arte&Gula.

Depois do almoço visitámos a exposição "Flatland"no Palácio Vila Flor. A visita foi muito bem guiada com uma explicação completa das obras de João Queirós, "paisagens e natureza"; Michael Biberstein, "grandes dimensões" e Angela de La Cruz "pintura tridimensional". Fomos convidados a ter uma ação interativa o que tornou a visita bem mais interessante. O tempo limitado não permitiu grande permanência nos jardins, mas deu para gozar momentos de relaxamento muito saudáveis.

Dos museus que visitou, qual lhe pareceu mais interessante e mais preparado para receber todo o tipo de população?

Dos dois museus que visitámos o "Alberto Sampaio" é talvez o que culturalmente tem mais interesse. O "Palácio Vila Flor" pareceu-nos especialmente vocacionado para exposições itinerantes e, por tal, limitado. Contudo os seus jardins proporcionam tempos de agradável lazer o que poderá tornar preparado para receber todo o tipo de visitantes.